

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 075/2022
Data: 15/06/2022**



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
TERMINAL FANTASMA HOLANDÊS IMPRESSIONA COMITIVA DE SANTOS COM ALTA TECNOLOGIA	4
SUSTENTABILIDADE E COMPETITIVIDADE SÃO CONCILIÁVEIS?.....	4
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	6
ANTAQ REALIZARÁ AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE LICITAÇÃO DE ÁREA PORTUÁRIA EM SANTOS (SP) NO DIA 23	6
ANTAQ ABRIRÁ CONSULTA PÚBLICA SOBRE SERVIÇO DE SEGREGAÇÃO E ENTREGA NAS INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS	6
GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF.....	7
ESTABILIDADE DO PROGRAMA DE CONCESSÕES VAI GARANTIR INVESTIMENTOS PRIVADOS NOS PRÓXIMOS ANOS	7
ACORDO REFORÇA COMPROMISSO DO GOVERNO FEDERAL COM O TRANSPORTE DE BAIXO CARBONO	8
GOV – BR – MINISTÉRIO DA ECONOMIA - DF.....	9
ENTRADA DO BRASIL NA OCDE E INFRAESTRUTURA SÃO TEMAS DEBATIDOS NO BIF 2022.....	9
EXECUTIVO FEDERAL TERÁ PONTO FACULTATIVO NA SEXTA-FEIRA (17/6)	10
PAINEL DO BRASIL INVESTMENT FORUM-2022 DEBATE TENDÊNCIAS E OPORTUNIDADES NA ECONOMIA.....	10
REFORMAS E MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS ABRIRAM OPORTUNIDADES EXTRAORDINÁRIAS NO BRASIL	11
BID RECONHECE AVANÇOS E AMPLIA APOIO AO ME PARA ADESAO À OCDE	12
CERIMÔNIA DE TOQUE DE CAMPAINHA NA B3 CONSOLIDA A PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS	13
ENAP CRIA POLÍTICA DE VOLUNTARIADO PARA RECRUTAR AJUDANTES NA CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	15
AVANÇOS DAS REFORMAS COLOCAM O BRASIL EM POSIÇÃO DE DESTAQUE NO MUNDO.....	15
GUEDES DESTACA OPORTUNIDADES PARA O BRASIL DIANTE DA ATUAL CONJUNTURA ECONÔMICA GLOBAL.....	16
COMPRAS PÚBLICAS JÁ PODEM SER REALIZADAS DE FORMA 100% DIGITAL POR APLICATIVO.....	17
MINISTÉRIO DA ECONOMIA REALIZA SEMANA DE ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO	19
REDUÇÃO DOS COMBUSTÍVEIS É APROVADA NO SENADO NESTA SEGUNDA-FEIRA (13/6).....	19
BE NEWS – BRASIL EXPORT	20
EDITORIAL - A HORA E A VEZ DA BR DOS RIOS	20
NACIONAL - HUB – CURTAS	21
<i>Despacho gratuito vetado 1</i>	21
<i>Despacho gratuito vetado 2</i>	21
<i>Despacho gratuito vetado 3</i>	21
<i>Baixo carbono</i>	21
NACIONAL - SENADO APROVA PEC DOS BIOCMBUSTÍVEIS	21
NACIONAL - DIESEL SOBE 3,72% EM MAIO E ESCALADA DE INFLAÇÃO PREOCUPA TRANSPORTADORAS	23
NACIONAL - CRISE DO COMBUSTÍVEL TAMBÉM AFETA ESTADOS UNIDOS	24
NACIONAL - BR DOS RIOS SERÁ ENVIADA AO CONGRESSO ATÉ O FIM DO ANO, DIZ SAMPAIO	24
NACIONAL - VALE COMPRA 62 VAGÕES DE EMPRESA DA CHINA	26
NACIONAL - ANAC REVOGA CERTIFICADO DE OPERADOR AÉREO DA ITAPEMIRIM.....	26
NACIONAL - PRESIDENTE DA PRATICAGEM É REELEITO VICE-PRESIDENTE DA IMPA.....	27
REGIÃO SUDESTE - CONSULTA SOBRE STS 53 É PRORROGADA ATÉ DIA 30	28
VAST E PETROCHINA ASSINAM CONTRATO PARA MOVIMENTAR PETRÓLEO NO PORTO DO AÇU.....	29
REGIÃO SUL - DNIT ENTREGA VIADUTO NA BR-163/PR.....	30
NORTE - SEDEME RECEBE COOPERAVA AGRÍCOLA DA ESPANHA.....	30
NORDESTE - NOVA FERROVIA PODERÁ GERAR QUASE 100 MIL EMPREGOS NO MARANHÃO.....	31
INTERNACIONAL - UCRÂNIA PERDEU 25% DE TERRAS CULTIVÁVEIS POR CAUSA DA GUERRA, DIZ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	31
INTERNACIONAL - CAOS NO AEROPORTO DE LISBOA PODE LEVAR À RECUSA DE VÔOS EM 2023	33
"ROUBO DO SÉCULO" FAZ DESAPARECEREM 20 CONTÊINERES COM METAIS PRECIOSOS EM PORTO MEXICANO	33
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	34
PORTO DE ITAJAÍ COMPLETA 27 ANOS DE MUNICIPALIZAÇÃO NESTA QUINTA-FEIRA	34
COM LOCKDOWNS NA CHINA, MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA CAI NO BRASIL.....	37
CDRJ REALIZA SEMANA DO MEIO AMBIENTE	40
JORNAL O GLOBO – RJ.....	41
AFETADOS COM PERDA DE RECEITA, PREFEITOS DIZEM QUE VÃO 'MONITORAR' PREÇOS NOS POSTOS APÓS APROVAÇÃO DE LIMITE PARA O ICMS	41
CÂMARA APROVA PROJETO QUE LIMITA ICMS DOS COMBUSTÍVEIS E TEXTO VAI PARA SANÇÃO DE BOLSONARO.....	42



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 075/2022
Página 3 de 65
Data: 15/06/2022
www.mercoshipping.com.br
mercoshipping.com.br

'É PRECISO CRIAR INCENTIVO ECONÔMICO À RECICLAGEM', DIZ EX-SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA.....	44
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	45
ICMS: CÂMARA MUDA FORMA DE REPASSE EM PROJETO E ESTADOS DIZEM QUE VÃO FICAR SEM RECURSOS DA UNIÃO	46
INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CRIOU 72 MIL EMPREGOS E TEVE 6.732 NOVAS EMPRESAS NO 1º ANO DA PANDEMIA	47
VALOR ECONÔMICO (SP).....	48
CONSELHO DO PPI RECOMENDA A PRIVATIZAÇÃO DA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS.....	48
CÂMARA APROVA IMPLEMENTAÇÃO DE "MINI CPI" PARA INVESTIGAR ALTA DOS FERTILIZANTES.....	49
SHELL BRASIL: QUEREMOS TER UM PÉ FORTE EM TODAS AS RENOVÁVEIS, DIZ PRESIDENTE	50
AGÊNCIA BRASIL - DF.....	51
GOVERNO SOMA R\$ 100 BI EM CONTRATOS DE PRIVATIZAÇÕES, DIZ MINISTRO	51
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	52
BR DOS RIOS VAI PARA CONGRESSO ATÉ FINAL DO ANO, AFIRMA SAMPAIO	52
RICARDO FALCÃO MAIS 4 ANOS NA IMPA.....	53
FORNECEDORES PERCEBEM DEMANDA PARA ATUALIZAÇÃO DE SCANNERS NOS PORTOS.....	54
TRANSFORMAÇÃO DIGITAL TRAZ INOVAÇÕES PARA SETOR NAVAL	56
EMENDAS À CONVENÇÃO SOBRE TONELAGEM DE NAVIOS SEGUEM PARA SENADO.....	59
TOYO SETAL VAI CONSTRUIR NOVA UNIDADE DE PRODUÇÃO DE DIESEL S-10 DA REPLAN.....	59
WILSON SONS INAUGURA NOVA FILIAL DA AGÊNCIA MARÍTIMA EM RECIFE	60
SUAPE E SEBRAE ASSINAM CONVÊNIO PARA QUALIFICAR PEQUENOS FORNECEDORES DO CABO E DE IPOJUCA	61
CONSELHO DO PPI ORIENTA PELA INCLUSÃO DA SPA NO PLANO DE DESESTATIZAÇÃO	61
ARTIGO - DO MAR À TERRA: ABUSO DE POSIÇÃO DOMINANTE E PREJUÍZOS AO SETOR PORTUÁRIO	62
PARCERIA UFPE-PORTO DE RECIFE VISA REDUZIR IMPACTOS DOS NAVIOS NO PONTO DE ATRACAÇÃO	64
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA.....	65
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ NAS PÁGINAS DO LINKEDIM.COM	65



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

TERMINAL FANTASMA HOLANDÊS IMPRESSIONA COMITIVA DE SANTOS COM ALTA TECNOLOGIA

Parte do Porto de Roterdã, na Holanda, tem 80% dos movimentos automatizados

Por: *Maurício Martins*



Holandeses dizem que risco de acidentes na movimentação de cargas é zero devido à alta tecnologia Foto: *Maurício Martins/AT*

Máquinas que carregam, descarregam e empilham contêineres 'sozinhas', sem nenhum trabalhador por perto. Caminhões que andam de lado a outro sem motoristas. Não é por acaso que um dos mais avançados terminais do mundo é chamado de terminal 'fantasma'.

O apelido pode não ser tão bom, mas a eficiência da instalação da APM Terminais, que começou a funcionar em 2015 em uma área de expansão do Porto de Roterdã, impressiona. A comitiva Porto & Mar 2022, do Grupo Tribuna, que está na Holanda desde o último final de semana, conheceu o espaço nesta terça-feira (14).



Cerca de 80% dos movimentos das máquinas são automatizados. Ou seja, programas de computadores controlam todos os movimentos e fazem a leitura dos contêineres por câmeras. As operações manuais restantes, 20%, são realizadas remotamente. O risco de acidentes é zero.

Comitiva do Grupo Tribuna em visita nesta terça (14) no Porto de Roterdã Foto: *Maurício Martins/AT*

É uns dois mais avançados terminais de contêineres do mundo, foi construído em Maasvlakte 2, uma área do porto que foi totalmente aterrada. O terminal custou mais de 500 milhões de euros (cerca de R\$ 2,7 bilhões).



Porto de Roterdã, o maior da Europa, impressiona pela alta tecnologia Foto: *Maurício Martins/AT*

O empresário da área de tecnologia Ricardo Pupo Larguesa, diretor da empresa T2S, ficou impressionado com a programação técnica oferecida na viagem. "O local não poderia ser mais apropriado, Roterdã é o Vale do Silício da tecnologia portuária. Os principais players do mercado estão aqui. É uma oportunidade excelente ver o

que eles estão fazendo".

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 15/06/2022

SUSTENTABILIDADE E COMPETITIVIDADE SÃO CONCILIÁVEIS?

A retomada econômica no mundo pós-covid exigirá que paradigmas sejam repensados

Por: *Eliane Octaviano Martins*

Desde 1992, as conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) vêm incluindo em suas pautas o meio ambiente marinho e os desafios do desenvolvimento sustentável. Tanto na Agenda 21 quanto na Agenda do Milênio, foram determinados parâmetros de proteção, do uso racional dos oceanos e mares e de seus recursos. Em 2015, foi instituída a Agenda 2030, que implementa um conjunto de programas, ações e diretrizes rumo ao desenvolvimento sustentável, apresentando 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas correspondentes.



Operação que resultou na aquisição de parte da Log-in teve início em setembro de 2021 Foto: Matheus Tagé/AT

Buscando fortalecer a paz universal e reconhecendo que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável, a Agenda 2030 considera três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental. Em específico, o ODS 14 se refere à conservação e ao uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento.

Além da Agenda 2030, a ONU declarou em 2017 o período compreendido entre os anos de 2021 e 2030 como a década internacional da oceanografia para o desenvolvimento sustentável, a chamada Década dos Oceanos. Tudo com o objetivo de desenvolver a ciência oceânica global, ampliar o conhecimento e reforçar a conscientização da humanidade sobre a importância dos oceanos. São esperados sete resultados: oceano limpo; saudável e resiliente; previsível; seguro; sustentável e produtivo; transparente e acessível; e conhecido e valorizado por todos.

Os desafios são extremamente ambiciosos e, nesse contexto, questiona-se: como conciliar os desafios da sustentabilidade e a competitividade do setor?

Considerando principalmente a segurança da carga, da vida humana e a preservação do meio ambiente, a elevada frequência de acidentes e derrames tem incentivado a produção de legislação internacional visando a prevenção desse tipo de ocorrências. Todavia, a continuidade delas nos leva a questionar: falta legislação para evitar acidentes ou, na verdade, são necessárias medidas de efetiva aplicação e cumprimento das normas existentes e implementação de políticas públicas?

A grande questão que tem se colocado é: efetivamente, quando houver o pós-covid, o mundo estará preparado para implementar as diversas ações e políticas para cumprir as metas estabelecidas? Quais os grandes desafios políticos e estratégicos diante da retomada econômica e dos preceitos de sustentabilidade?

A retomada econômica no mundo pós-covid exigirá que os paradigmas de competitividade x sustentabilidade sejam repensados, envolvendo um conjunto de ações que exigem melhoria das condições de eficiência do setor de transporte de mercadorias e pessoas, estruturas portuárias, turismo, pesca, exploração de petróleo e gás, logística e áreas correlatas e, fundamentalmente, incentivo e apoio aos empreendedores, empresários e investidores e segurança jurídica.

Os desafios para o futuro do mar e dos oceanos são realisticamente complexos e talvez não seja possível neste momento elencá-los ou mensurá-los. Porém, cumprir esse compromisso global para a proteção e a conservação do oceano e no desenvolvimento de uma economia azul sustentável é fundamental para o futuro e para a própria sobrevivência da humanidade.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 15/06/2022



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ REALIZARÁ AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE LICITAÇÃO DE ÁREA PORTUÁRIA EM SANTOS (SP) NO DIA 23

Área será destinada à movimentação de fertilizantes. Investimentos serão de R\$ 658,8 milhões

A ANTAQ realizará audiência pública, no modelo virtual, para obter contribuições visando ao aprimoramento da documentação relativa à licitação da área STS53, no Porto de Santos (SP). A área será destinada à instalação de terminal dedicado à movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais, especialmente adubos (fertilizantes) e sulfatos. A reunião acontecerá a partir das 15h, no dia 23.

Além de definir a data da audiência, a Agência também prorrogou o prazo de envio de contribuições, por meio de formulário eletrônico, para o dia 30 de junho.

Para mais informações sobre a Audiência Pública nº 18/2021-ANTAQ e orientações de como enviar as contribuições, clique aqui.

A área a ser licitada é de 87.981 metros quadrados. O arrendatário assinará contrato de 25 anos. A receita bruta global alcançará R\$ 6 bilhões. Os investimentos totais serão de R\$ 658,8 milhões. A movimentação total atingirá 89,8 milhões de toneladas.

Dinâmica da Audiência Pública

Toda a sessão virtual será transmitida via streaming para a Internet, gravada e disponibilizada no canal da ANTAQ no Youtube. Nesse caso, não é necessário realizar inscrição para assistir à Audiência Pública.

Já os interessados em manifestar-se na audiência deverão se inscrever pelo aplicativo de mensagens "Whatsapp" no número (61) 2029-6940. O período de inscrição será das 9h às 14h do dia 22 de junho. As contribuições poderão ser enviadas por vídeo, áudio ou até mesmo por escrito pelo aplicativo.

Os participantes também poderão se manifestar na sala de reunião criada na plataforma "Zoom". Para isso, no ato de inscrição, o interessado deverá se manifestar nesse sentido e encaminhar seu endereço eletrônico de login no "Zoom" para ser convidado a entrar na sala virtual.

Em caso de problemas computacionais para utilização da ferramenta "Zoom", será realizada uma segunda tentativa de conexão ao final de todas as contribuições ou o interessado poderá encaminhar sua contribuição pelo "Whatsapp".

**Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 15/06/2022

ANTAQ ABRIRÁ CONSULTA PÚBLICA SOBRE SERVIÇO DE SEGREGAÇÃO E ENTREGA NAS INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

Contribuições poderão ser enviadas entre 23 de junho e 6 de agosto



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 075/2022
Página 7 de 65
Data: 15/06/2022
www.mercosshipping.com.br
mercoshipping@mercoshipping.com.br

A ANTAQ realizará, entre os dias 23 de junho e 6 de agosto, consulta e audiência públicas para receber contribuições visando ao aprimoramento de instrução normativa, com o objetivo de estabelecer os procedimentos e critérios da análise de condutas abusivas associadas ao Serviço de Segregação e Entrega (SSE) nas instalações portuárias, quanto ao previsto no parágrafo único do art. 9º da Resolução ANTAQ nº 72, de 30 de março de 2022.

As minutas jurídicas e os documentos técnicos estarão disponíveis aqui.

<https://www.gov.br/antag/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/participacao-social/>

O SSE é o preço cobrado, na importação, pelo serviço de movimentação das cargas entre a pilha no pátio e o portão do terminal portuário.

Conteúdo e forma de participação

Serão consideradas pela Agência apenas as contribuições relativas ao assunto da consulta pública. As contribuições poderão ser dirigidas à ANTAQ até às 23h59 do dia 6 de agosto, exclusivamente por meio e na forma do formulário eletrônico disponível em <https://www.gov.br/antag/pt-br>, não sendo aceitas contribuições enviadas por meio diverso.

Será permitido, exclusivamente através do e-mail anexo_audiencia072022@antag.gov.br, mediante identificação do contribuinte e no prazo estipulado, anexar imagens digitais, tais como mapas, plantas e fotos, sendo que as contribuições em texto deverão ser preenchidas nos campos apropriados do formulário eletrônico.

Caso o interessado não disponha dos recursos necessários para o envio da contribuição por meio do formulário eletrônico, poderá fazê-lo utilizando o computador da Secretária-geral (SGE) da Agência, em Brasília/DF, ou nas suas Unidades Regionais, cujos endereços se encontram disponíveis no portal da ANTAQ.

As contribuições recebidas serão disponibilizadas aos interessados no site da Agência.

Audiência Pública

Com o objetivo de fomentar a discussão e esclarecer eventuais dúvidas sobre o ato normativo, será realizada audiência pública, na forma presencial ou telepresencial, a depender das condições de saúde pública vigentes, em data, horário e local a serem definidos e comunicados oportunamente.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 15/06/2022



Ministério da Infraestrutura

GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF

ESTABILIDADE DO PROGRAMA DE CONCESSÕES VAI GARANTIR INVESTIMENTOS PRIVADOS NOS PRÓXIMOS ANOS

Em painel no Brasil Investment Forum, em São Paulo (SP), ministro da Infraestrutura destacou a continuidade como essencial para fortalecer o relacionamento com investidores



Marcelo Sampaio apresentou os principais números do programa de concessões do MInfra - Foto: Ricardo Botelho/MInfra

Um programa estruturado, com estabilidade regulatória e segurança jurídica, garantirá a atração de investimentos privados para o setor de infraestrutura de transportes nos próximos anos, avaliou o ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio. Em painel no Brasil Investment Forum (BIF) nesta terça-feira (14), Sampaio destacou que a combinação de uma carteira de projetos robusta com a previsibilidade

e continuidade das propostas fortalece o relacionamento com investidores.

Desde 2019, foram leiloados 84 ativos e contratados cerca de R\$ 100 bilhões e para este ano estão previstas concessões de 43 ativos, totalizando ao menos mais R\$ 100 bilhões em investimentos privados para o setor. Destaque para a sétima rodada de concessões aeroportuárias, marcada para 18 de agosto e que garantirá investimentos de mais de R\$ 7 bilhões e para as desestatizações portuárias de São Sebastião (SP), Itajaí (SC), Canal de Paranaguá (PR) e Santos (SP).

“O diálogo frequente com o setor privado e com as cadeias produtivas vai fazer com que estejamos cada vez mais atualizados com o que há de melhor no mundo tanto com relação à modelagem dos projetos, quanto a capacidade de mitigar riscos”, avaliou Sampaio. Para o ministro, o investimento em infraestrutura de transportes é tratada pelo Governo Federal como uma agenda social, já que “salva vidas, gera oportunidades e empregos”.

Os avanços e inovações regulatórias promovidos pela gestão – como o novo Marco Legal das Ferrovias, o BR do Mar e a MP do Voo Simples – também foram apontadas como importantes ferramentas para melhorar o ambiente de negócios no país. As iniciativas são fundamentais para garantir mais segurança jurídica, reduzir a burocracia, além de incentivar o equilíbrio na matriz nacional de transportes.

Forúm

Em São Paulo (SP), Sampaio participou do painel Infraestrutura de Competitividade, que tratou da importância de aprimorar a infraestrutura brasileira, como forma de ampliar a produção e aumentar a capacidade competitiva do setor. Considerado o maior fórum de investimentos estrangeiros da América Latina, o BIF é organizado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), uma parceria do Governo Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O evento reúne investidores, empresários, especialistas e gestores públicos para apresentar oportunidades e discutir a evolução do ambiente de negócios do país. A programação vai até esta quarta-feira (15).

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 15/06/2022

ACORDO REFORÇA COMPROMISSO DO GOVERNO FEDERAL COM O TRANSPORTE DE BAIXO CARBONO

Ato de cooperação técnica foi assinado pelo ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, em reunião bilateral com o BID nesta terça-feira (14), em São Paulo

Assinatura reforça interesse do Governo Federal no desenvolvimento sustentável da infraestrutura de transportes - Foto: Ricardo Botelho/MInfra



Alinhados à necessidade global de reduzir as emissões de gás carbônico na atmosfera, o Governo Federal, por meio do Ministério da Infraestrutura, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) assinaram, nesta terça-feira (14), um acordo que demonstra o interesse de ambas as partes no desenvolvimento sustentável do setor de infraestrutura de transportes.

A cooperação técnica não-reembolsável para a “Mudança Modal para Transporte de Carga e Passageiros de Baixo Carbono no Brasil” tem como objetivo apoiar o governo brasileiro

na implantação de um plano nacional que vai incentivar o baixo carbono no setor. A medida será possível por meio da atualização do Plano Nacional de Logística 2035 (PNL 2035), e do desenvolvimento dos planos gerais de ações públicas e parcerias, no contexto do Planejamento Integrado de Transportes.

“Vivemos tempos em que conciliar a modernização do país e preservação do meio ambiente deve ser prioridade de todos os setores. Seguimos essa diretriz em nossos projetos, e continuaremos avançando neste compromisso da gestão com o crescimento do país e com a sustentabilidade”, afirmou o ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, que assinou o documento com o presidente do BID, Maurício Claver-Carone.

Cooperação

Para que a cooperação seja viável, o BID busca financiamento do Programa de Infraestrutura Sustentável do Reino Unido (UK Sustainable Infrastructure Program – UKSIP), mecanismo subsidiado pelo governo do Reino Unido para financiar o desenvolvimento de infraestrutura de baixo carbono no Brasil, na Colômbia, no Peru e no México, catalisando recursos privados para investimentos críticos, em consonância com os objetivos desses países para o cumprimento do Acordo de Paris.

Antes da assinatura do acordo, o ministro da Infraestrutura e os secretários de Fomento, Planejamento e Parcerias, Rafael Furtado, e o nacional de Aviação Civil, Ronei Glanzmann, participaram de reuniões com delegações do Canadá e da Suíça para apresentar os avanços do Governo Federal no setor de transportes.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF
Data: 15/06/2022*

O secretário-executivo do ME, Marcelo Guarany, e o secretário do PPI, Bruno Westin, participaram de painéis sobre essas questões

O secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guarany, relacionou nesta terça-feira (14/6) – durante o painel “A Entrada do Brasil na OCDE e os impactos para os investidores”, no evento Brasil Investment Forum 2022 (BIF 2022) – a possibilidade de o Brasil se tornar membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) como uma das prioridades desse governo. Segundo ele, o foco é a abertura comercial, a redução de impostos, a



melhoria do ambiente de negócios e regulatório para atração de investimentos, a otimização dos gastos públicos e o atendimento das necessidades da sociedade.

"O caminho para a acessão é um estímulo para que continuemos a fazer nossas reformas e melhorar nossas políticas de forma ainda mais rápida. Além disso, o Brasil, por suas características, pode funcionar como uma ponte para estimular países em desenvolvimento, com realidade similar à brasileira, para também melhorarem suas práticas e políticas públicas", avaliou Guaranys.

Infraestrutura

Ainda nesta tarde, a consolidação da privatização da Eletrobras foi debatida pelo secretário Bruno Westin, do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) em painel sobre infraestrutura e competitividade. "A Eletrobras simboliza como o mundo tem enxergado o Brasil, com estabilidade, palavra-chave quando falamos em investimento em infraestrutura e de longo prazo", pontuou.

Westin citou as mudanças trazidas pelo PPI nos processos de desestatização. Segundo ele, o órgão deixou de fazer resoluções pontuais e passou a desenhar uma carteira de projetos, criando oportunidades para a criação de empresas e a atração de investidores ao país. "Tudo isso criou um ambiente que passou a transformar como o setor público contrata seus serviços e infraestrutura públicos. É um grande marco, olhando com retrospectiva o papel do PPI na história da desestatização", disse.

BIF 2022

O Brasil Investment Forum 2022 está sendo realizado pela primeira vez em formato híbrido, com participações presenciais e remotas, por meio das plataformas digitais. O evento traz discussões que abordam temas relacionados a setores de destaque como infraestrutura, energia e tecnologia da informação.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 15/06/2022

EXECUTIVO FEDERAL TERÁ PONTO FACULTATIVO NA SEXTA-FEIRA (17/6)

Portaria foi publicada nesta terça-feira no Diário Oficial da União <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-me-n-5.407-de-13-de-junho-de-2022-407813557>

Foi publicada no Diário Oficial da União desta terça-feira (14/6) a Portaria nº 5.407, de 14 de junho de 2022, que determina ponto facultativo nos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, em todo o território nacional, na próxima sexta-feira (17/6).

Caberá aos dirigentes dos órgãos e entidades a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais em suas áreas de competência.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 15/06/2022

PAINEL DO BRASIL INVESTMENT FORUM-2022 DEBATE TENDÊNCIAS E OPORTUNIDADES NA ECONOMIA

Os secretários Esteves Colnago e Caio Paes de Andrade, do Ministério da Economia, participaram da conversa, que teve como destaques tecnologia e sustentabilidade

Os desafios da conjuntura econômica global e o posicionamento do Brasil para identificar as tendências e aproveitar oportunidades foram debatidos no primeiro dia do Brasil Investment Forum – BIF 2022, durante o painel mediado pelo secretário especial do Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago. Participaram do debate, nesta terça-feira (14/6), o secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (ME), Caio Paes de Andrade; o presidente e CEO da Scania Latin America, Christopher Podgorski; o CEO da Marfrig



Global Foods, Miguel Gularte; e o chairman da S4 Capital, sir Martin Sorrell. Neste ano, o BIF está sendo realizado pela primeira vez em formato híbrido, com participações presenciais e remotas, por meio das plataformas digitais.

“Esta é uma ótima oportunidade que temos de discutir os desafios que se apresentam para o nosso país e as oportunidades que se abrem em todas as crises”, disse Esteves Colnago. “O Brasil gastou quase 10% de seu Produto Interno Bruto (PIB) em 2020 para poder atender a população. Gastamos quase R\$ 900 bilhões. Todos imaginavam que o endividamento ia passar de 100%. Chegou a 88% e hoje está em 78%. Este ano imaginamos que vamos ter um déficit muito baixo em termos de governo federal. O Brasil está gerando emprego, está crescendo. Temos mais de R\$ 1 trilhão de compromissos no PPI, o Programa de Parceria de Investimentos. É um país que se abre para o mundo e para os investimentos”, acrescentou.

O secretário Caio Paes de Andrade destacou os avanços do país na transformação digital. “O Brasil saiu de zero para 133 milhões de pessoas com login único na plataforma GOV.BR. A expectativa é de chegarmos a 155 milhões até o fim do ano. Isso nos deu a oportunidade de evoluir na identidade digital das pessoas. Hoje, no Brasil, nós já conseguimos, através de diversos documentos, ter uma ‘identidade das identidades’, que é o GOV.BR. Por meio da plataforma já é possível assinar documentos e, também, transferir carros entre pessoas físicas sem a necessidade de comparecimento em cartórios”, ressaltou Paes de Andrade. “Nossa responsabilidade é combater a burocracia, fazer a transformação digital do Estado e promover a melhoria estrutural da administração pública. Dessa forma, conseguimos atender melhor ao público e economizar aquilo que ele tem de mais precioso, que é o tempo”, concluiu.

Momento único

Sir Martin Sorrell, da empresa global de marketing e publicidade digital S4 Capital, afirma que existe hoje “uma oportunidade fenomenal no Brasil e na América Latina”, considerando o segmento de negócio em que sua companhia atua. Christopher Podgorski salientou – em relação ao setor de Transportes – os esforços e progressos relacionados à sustentabilidade. Ele pontuou as três frentes em que isso vem ocorrendo: a “engenharia pura”, para otimizar a eficiência energética; a digitalização, com ênfase na coleta de dados para melhorar fluxos, velocidades médias dos veículos e tempo de carregamento e descarregamento; e a combinação entre esses dois fatores, que rendeu ganhos de eficiência energética de 20% nos últimos 10 anos, com a consequente redução de emissões de carbono, mediante o uso de novas tecnologias.

No setor de Alimentos, de acordo com Miguel Gularte, da Marfrig, a sustentabilidade deixou de ser uma opção para ser “a única opção”. Ele lembrou que, para enfrentar os desafios da produção de alimentos nos tempos de pandemia, a empresa concluiu que o mais importante seria fazer ainda melhor o que já faziam. “Melhoramos a nossa logística”, exemplificou.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 15/06/2022

REFORMAS E MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS ABRIRAM OPORTUNIDADES EXTRAORDINÁRIAS NO BRASIL

Afirmção é do chefe do Escritório do Ministério da Economia nos EUA, Carlos Da Costa, durante evento em São Paulo

O Brasil iniciou um grande ciclo de atração de investimentos, impulsionado pelo amplo conjunto de reformas e pela melhoria do ambiente de negócios, iniciativas realizadas desde o início do governo. A afirmação foi feita pelo chefe do Escritório do Ministério da Economia em Washington, Estados Unidos, Carlos Da Costa, durante o evento Brasil Investment Forum 2022 (BIF 22), que acontece em São Paulo.

Carlos Da Costa apresentou os diversos aperfeiçoamentos implantados desde o início de 2019. Citou, entre outros pontos, a nova lei das agências reguladoras, a lei da liberdade econômica, o

acordo Mercosul-União Europeia, o novo marco das telecomunicações, o novo regime de partilha para óleo e gás, o novo FGTS e a nova lei de crédito agrícola. Também destacou que o Brasil se tornou referência mundial pela celeridade na implantação de medidas para combater os impactos econômicos causados pela pandemia da Covid-19, como o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac).

“Estimativas, algumas do Banco Mundial, outras da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico], indicam que nenhum outro país conseguiu implantar tantas reformas em prazo tão curto”, declarou o secretário do Escritório do Ministério da Economia em Washington. Ele salientou que as mudanças contaram com o apoio de todos os setores produtivos e do Congresso Nacional, e conseguiram transformar o Brasil em um país “mais leve”, potencializando a atração de investimentos estrangeiros. “Os mercados estão olhando cada vez mais para o Brasil, acreditando que somos um business-friendly continental country”, disse.

Apesar dos avanços já conquistados, ainda há desafios a serem superados, alertou Carlos Da Costa, ao citar a reforma tributária. “Temos 3,5% do investimento em mercados emergentes, já tivemos 7%. O Brasil pode dobrar o volume de investimento direto recebido”, afirmou.

Carlos Da Costa foi moderador do painel “Apresentando o Brasil: maior destino de investimentos da América Latina”. Participaram do debate o vice-presidente sênior da Siemens Energy América Latina, André Clark; a presidente da SAP América Latina e Caribe, Cristina Palmaka; e o vice-presidente de países do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Richard Martínez Alvarado. Em suas colocações, todos eles apontaram que o Brasil oferece ampla carteira de oportunidades de investimentos para o setor privado, com destaque para as áreas de infraestrutura, digitalização e inovação.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF
Data: 15/06/2022*

BID RECONHECE AVANÇOS E AMPLIA APOIO AO ME PARA ADESÃO À OCDE

Estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento indica iniciativas do ministério alinhadas a práticas da entidade e que contribuem para os esforços do país de ingressar na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) anunciou que ampliará o apoio técnico ao Ministério da Economia (ME) para auxiliar no processo de entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Além disso, o BID apresentou uma análise que aponta avanços na gestão e nas políticas do ME já em linha com práticas adotadas por países que integram a organização.

Acesse o estudo do BID.

<https://publications.iadb.org/en/brazil-ministry-economy-analysis-key-functions-and-their-operational-macroprocesses-benchmarking>

A formalização da expansão do apoio do BID à entrada do Brasil na OCDE se deu por meio de um ato protocolar assinado pelo presidente da entidade, Mauricio Claver-Carone, e pelo secretário-executivo do Ministério da Economia brasileiro, Marcelo Guarany. Ambos participaram nesta terça-feira (14/6) da quinta edição do Brasil Investment Forum 2022, maior fórum de investimentos privados da América Latina e Caribe, co-organizado pelo BID, pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) e pelo Ministério da Economia.

As ações previstas incluem a preparação de estudos com planos de ação para adoção de boas práticas preconizadas pela OCDE em áreas de política pública sob o mandato do ME, além da organização de encontros com autoridades de países-membros da OCDE, especialistas



internacionais e instituições do setor privado e da sociedade civil brasileiras para promover ampla participação nas discussões técnicas do processo de acesso.

"É um acordo de cooperação pelo qual eles nos apoiarão no processo de acesso à OCDE, que começou formalmente na semana passada. Recebemos um roadmap e seremos avaliados por 26 comitês em diversos aspectos, tanto de políticas públicas quanto de legislação. O BID se comprometeu a nos dar apoio técnico e informações necessárias para nos ajudar a avançar mais rapidamente nesse processo de nos tornarmos membro da OCDE", avaliou Guarany.

Também devem ser realizadas atividades de fortalecimento institucional da Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais (Sain) para a coordenação e monitoramento, no Ministério da Economia, do processo de entrada na OCDE.

"Com este acordo, estamos reforçando nosso compromisso de apoiar o empenho do Brasil em aderir à OCDE", disse o presidente do BID, Mauricio Claver-Carone. "Esta é uma oportunidade incrível para promover o tipo de crescimento inclusivo e desenvolvimento sustentável que beneficiará todos os brasileiros. Estou pessoalmente comprometido com este processo e entusiasmado em apoiar o Brasil nesta e em tantas outras áreas", finalizou.

Estudo indica alinhamento a boas práticas

Além das ações previstas, o BID tem trabalhado com as equipes do Ministério da Economia, de modo a compartilhar boas práticas dos países da OCDE. Um estudo de benchmarking realizado no contexto da fusão de cinco pastas no novo ME aponta que várias iniciativas introduzidas para aperfeiçoamento da gestão e de políticas públicas sob o seu mandato estão alinhadas a práticas dos países da organização internacional.

A análise contou com a participação de especialistas de países-membros da OCDE e de outros países da América Latina – incluindo ex-ministros –, o que permitiu comparar modelos internacionais e identificar iniciativas que podem servir de inspiração para o Brasil.

Em relação ao desenvolvimento da infraestrutura brasileira, por exemplo, o estudo destaca a criação de um comitê interministerial de planejamento e a integração de um plano de longo prazo que se assemelha a reformas recentes realizadas na Austrália, Canadá e Reino Unido.

No capítulo relacionado à gestão orçamentária, o estudo apresenta como ponto positivo a centralização da gestão das áreas de Tecnologia da Informação, Recursos Humanos, Logística e outras, como parte do programa TransformaGov, o que resultou em maior eficiência do gasto público, em uma transformação similar ao modelo adotado pelo Reino Unido.

Sobre o BID

O Banco Interamericano de Desenvolvimento tem como missão melhorar vidas. Criado em 1959, o BID é uma das principais fontes de financiamento de longo prazo para o desenvolvimento econômico, social e institucional da América Latina e o Caribe. A entidade também realiza projetos de pesquisas de vanguarda e oferece assessoria sobre políticas, assistência técnica e capacitação a clientes públicos e privados em toda a região.

* Com informações do BID

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 15/06/2022

CERIMÔNIA DE TOQUE DE CAMPAINHA NA B3 CONSOLIDA A PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS

Capitalização restabelecerá a capacidade de investimento da companhia



O tradicional toque de campainha, realizado nesta terça-feira (14/6) na B3, oficializou a privatização da Eletrobras. A cerimônia contou com a presença do presidente da República, Jair Bolsonaro, e dos ministros Paulo Guedes (Economia) e Adolfo Sachsida (Minas e Energia).

A capitalização vai restabelecer a capacidade de investimento da Eletrobras, de modo que a empresa possa contribuir para a expansão do setor elétrico brasileiro. Além disso, proporcionará a alocação de recursos financeiros em projetos importantes – como a revitalização da Bacia do São Francisco –, além de assegurar modicidade tarifária aos consumidores.

O resultado da capitalização se traduz na pulverização do capital social da companhia e, com a entrada de novos investidores, no fortalecimento do mercado de capitais. Os trabalhadores da empresa puderam participar da operação utilizando os saldos de suas contas no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para a compra de cotas de Fundos Mútuos de Privatização (FMPs), o que totalizou R\$ 6 bilhões da operação.

O evento também teve a participação de representantes da Eletrobras, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Caixa Econômica Federal, além de diversos agentes responsáveis pela estruturação do projeto.

Construção conjunta

Durante a cerimônia, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que a operação “foi uma construção conjunta”, ao enfatizar a importância da união de esforços de ministérios, do Congresso Nacional, do BNDES e do Tribunal de Contas da União (TCU), entre outros atores, para o êxito da iniciativa de privatização. E acrescentou: “A missão é deixar esse legado para as gerações futuras. A maior empresa de energia limpa e renovável do mundo está livre. Não precisa mais ficar sob a proteção do Estado. Esgotou a capacidade de investimento. Agora ela está capitalizada, vai seguir, e é a garantia da segurança energética do Brasil nessa nova dimensão, que é a dimensão renovável”.

A companhia realizou uma capitalização mediante oferta pública de ações, movimentando R\$ 29 bilhões, sendo R\$ 2,92 bilhões relativos à venda de ações de titularidade da BNDES Participações S.A. (BNDESpAr). Cada ação foi negociada a R\$ 42, preço estabelecido pelo processo conhecido como bookbuilding e acima do preço mínimo deliberado pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

“Sai de cena uma empresa estatal, entra em cena a maior corporação de energia renovável da América Latina, com uma capacidade de investimentos renovada”, destacou o ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida. “A nova corporação terá a obrigação de investir R\$ 8,7 bilhões em projetos nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste. Esta é a capitalização mais democrática e mais verde da história brasileira”, completou.

Reestruturação

O presidente da Eletrobras, Rodrigo Limp, relembrou: “Discutida desde 2017, a capitalização da Eletrobras para aumentar sua capacidade de investimento avançou a partir de 2021, quando o presidente Bolsonaro assinou a Medida Provisória (nº 1.031)”. Limp ressaltou: “Passo a passo conseguimos avançar. Agora, a Eletrobras começa uma nova fase, com um novo modelo de governança. A capitalização não é importante apenas para a Eletrobras, mas para o Brasil como um todo”.

O presidente do BNDES, Gustavo Montezano, classificou esta terça-feira como um “dia histórico”. “Um dia em que deixamos de legado para as próximas gerações não apenas uma energia mais barata, não apenas o Brasil como hub global de investimentos, mas o legado de ideias, de visões”, afirmou. Montezano salientou que a capitalização da Eletrobras é a maior oferta de utilities desde 2010 no mundo, a maior oferta no hemisfério ocidental neste ano, a maior privatização desde 1998 no Brasil e a segunda maior oferta de ações da história do país. “Hoje, poucas nações do mundo têm condições de estruturar uma operação como essa, sofisticada,

complexa, que requer democracia, uma estrutura estatal que funciona e um mercado financeiro pujante”, declarou.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF
Data: 15/06/2022*

ENAP CRIA POLÍTICA DE VOLUNTARIADO PARA RECRUTAR AJUDANTES NA CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Quem quiser contribuir gratuitamente com a escola, mesmo sem ser servidor, receberá certificado e terá vantagens em concursos e processos de promoção

A Escola Nacional de Administração Pública (Enap) tem agora uma Política de Voluntariado, a Amigos da Enap. Resolução publicada nesta semana – e que entra em vigor na próxima segunda-feira, dia 20 – vai permitir o recrutamento de voluntários para ações educativas, de caráter cívico e cultural. Assim, quem quiser contribuir de forma gratuita com a escola receberá um certificado e terá vantagens em concursos públicos e processos de promoção.

Não é necessário ser servidor público para participar. As horas trabalhadas poderão contar na pontuação para concursos públicos como critério de desempate; processos internos de promoção nas carreiras e programas educacionais; além de desempate no mestrado, doutorado e outros cursos.

“Temos diversificado a forma como atraímos pessoas que possam contribuir para a formação e desenvolvimento dos servidores públicos. Além de contar com a colaboração dos servidores e da academia, nós agora também temos a oportunidade de contar com voluntários para diversificar temáticas que a Enap não esteja trabalhando”, explica a assessora de Inovação em Educação da Diretoria Executiva (Direx) da Enap, Renata Carvalho.

O prestador de serviço voluntário deverá preencher um termo de adesão e poderá interromper o trabalho a qualquer momento. Custos eventuais relacionados ao trabalho voluntário poderão ser ressarcidos pela Enap, desde que as despesas tenham sido autorizadas pela entidade, e desde que tenham constado no termo de adesão e no plano de trabalho.

O recrutamento de voluntários será divulgado no site (<https://www.enap.gov.br/index.php/pt/>) e nas redes sociais da Enap com o intuito de dar transparência à política.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF
Data: 15/06/2022*

AVANÇOS DAS REFORMAS COLOCAM O BRASIL EM POSIÇÃO DE DESTAQUE NO MUNDO

De acordo com o ministro da Economia, país é a maior fronteira global de investimentos



O ministro Paulo Guedes destacou nesta terça-feira (14/6) que, desde 2019, o governo vem pondo em prática uma série de ações para levar o país ao caminho da prosperidade, com reformas estruturais e ajuste das contas públicas. Durante o evento Brasil Investment Forum 2022, em São Paulo, ele reforçou que o governo está fazendo a transição de uma economia dirigista, intervencionista, estatizada, para uma economia de mercado, de consumo de massa, de livre iniciativa, com enorme classe média. Segundo Guedes, tantos ajustes levaram o Brasil a surpreender o mundo por diversas vezes, especialmente em relação à retomada dos níveis de atividade e de emprego diante dos impactos provocados pela Covid-19.

O Brasil é a maior fronteira de investimentos aberta no mundo”, Paulo Guedes

Paulo Guedes destacou que o país gerou 12 milhões de postos de trabalho desde a fase crítica da pandemia. Disse também que a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro surpreendeu expectativas de mercado e de agentes internacionais, com desempenho melhor que o da maior parte das nações desenvolvidas. De acordo com o ministro, todo esse esforço foi realizado com cuidado à saúde dos brasileiros e apoio aos mais desassistidos, mas sem transformar as despesas emergenciais – necessárias para combater a doença e os impactos econômicos da pandemia – em despesas permanentes.

“Nenhum país tirou os estímulos fiscais e monetários tão rapidamente como o Brasil”, declarou, acrescentando que o país também está sendo mais rápido e eficaz ao combater a inflação, um fenômeno global. “Todos os outros países estão fora da curva, profundamente em desequilíbrio. Estão começando a subir os juros agora”, salientou. Guedes reforçou a importância do programa de privatizações, que está abrindo portas para a chegada de novos investidores e, conseqüentemente, alavancando a geração de emprego e renda.

Brasil Investment Forum 2022 No atual panorama de reestruturação das cadeias produtivas globais, o país ocupa posição de destaque, enfatizou o ministro. “O Brasil é a maior fronteira de investimentos aberta no mundo. São trilhões de dólares em busca de onde investir, e o Brasil tem pelo menos três vertentes que formam a estrutura da economia do futuro. A primeira é o digital, a segunda é o energético, a energia verde e sustentável, e a terceira, o alimentar”, apontou. Guedes ressaltou que o país é uma democracia forte e amigável, próxima dos mercados europeu e norte-americano.

O Brasil Investment Forum 2022 (BIF 22) (<https://www.brasilinvestmentforum.com/br/pt/sobre-o-bif.html>) é a quinta edição do maior evento de investimentos estrangeiros da América Latina. Organizado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo governo federal, a atividade traz discussões que abordam temas relacionados a setores de destaque, como agronegócios, infraestrutura, energia e tecnologia da informação.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF
Data: 15/06/2022

GUEDES DESTACA OPORTUNIDADES PARA O BRASIL DIANTE DA ATUAL CONJUNTURA ECONÔMICA GLOBAL

Ao lado do presidente Jair Bolsonaro, o ministro Paulo Guedes participou nesta terça-feira (14/6) da cerimônia de abertura do BIF 2022



Foto interna.jpg

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que o Brasil é o lugar certo para se estar e que é aqui onde tudo vai acontecer. A declaração foi feita nesta terça-feira (14/6) durante a abertura do Brasil Investment Forum (BIF 2022), evento promovido em São Paulo pela Apex Brasil, governo federal e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Para um público de aproximadamente 500 empresários, Guedes destacou as oportunidades para o Brasil no cenário econômico global e listou as dificuldades enfrentadas, hoje, por todas as economias ocidentais. “Lá fora, o mar é



turbulento, e vai piorar. Vem recessão na Europa e nos Estados Unidos”, avaliou. “Já o Brasil está começando a decolagem de novo”, disse, ao lembrar a interrupção do processo de crescimento da economia em razão da pandemia da Covid-19.

O Brasil é um gigante verde. Temos a matriz energética mais diversificada e limpa do mundo”, Paulo Guedes

O ministro enumerou, ainda, os “três grandes choques” – da inflação, da recessão e da queda das bolsas – como as principais consequências desse quadro, no exterior. Segundo ele, o significado disso em termos de oportunidades para o Brasil são as vantagens logísticas e geopolíticas para que a Europa, os Estados Unidos e, de forma geral, o mundo, invistam no país.

Por sua vez, o presidente Jair Bolsonaro destacou o aumento de preços de combustíveis e alimentos em todos os países. “O que vivemos no momento é um problema de inflação no mundo todo”, afirmou.

Futuro verde

O ministro reiterou a relevância do país na economia verde. “O Brasil é um gigante verde. Temos a matriz energética mais diversificada e limpa do mundo”, disse. Ele observou que a Europa vê o país como ator chave para a garantia da sua segurança energética, e a Ásia, da sua segurança alimentar. “Em qualquer dimensão, estamos andando para frente”, ressaltou.

BIF 2022 Por fim, Guedes falou sobre a política econômica brasileira e citou os progressos verificados nas privatizações, nos acordos internacionais de comércio e na redução de impostos. “O governo brasileiro está agindo com muita velocidade”, afirmou. “O Brasil é hoje um dos 10 países mais atraentes para investimentos no mundo”, complementou o presidente do BID, Mauricio Claver-Carone.

A quinta edição do BIF está sendo realizada pela primeira vez em formato híbrido, com participações presenciais e remotas, por meio das plataformas digitais. “Levaremos a milhares de formadores de opinião de todo o planeta um conjunto impressionante de oportunidades de investimento e de parcerias”, disse o embaixador Augusto Pestana, presidente da Apex.

O ministro das Relações Exteriores, Carlos França, enfatizou a necessidade de o Brasil se mostrar ao mundo, em um momento em que a economia global passa por um rearranjo. “O momento parece exigir do Brasil uma atenção prioritária a sua inserção nessa economia global em transformação, em que pressões protecionistas se intensificam”.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 15/06/2022

COMPRAS PÚBLICAS JÁ PODEM SER REALIZADAS DE FORMA 100% DIGITAL POR APLICATIVO

O app Compras.gov.br é utilizado por empreendedores para participação nas compras do governo federal com maior praticidade, eficiência e agilidade

Empreendedores de todo o país já têm na palma da mão acesso fácil e eficiente às compras públicas do governo federal. Isso porque o app Compras.gov.br (<https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/conheca-o-compras/aplicativo-compras>) – desenvolvido pelo Ministério da Economia em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) – permite que todo o processo de compra na modalidade dispensa de licitação seja realizado de forma 100% digital. Desde a implementação do cadastro de proposta no app, em maio de 2022, diversos empresários conseguiram concluir a compra pública pelo tablet ou celular utilizando a ferramenta.

Tatiane Reis, dona de um bar no interior paulista, é uma dessas empresárias que decidiu inovar. Há três anos à frente da empresa do pai, responsável pela gestão do local por 30 anos, Tatiane



deixou de fazer somente o convencional atendimento de balcão e passou a apostar nas vendas para o governo federal. Já na primeira investida, participou de todo o processo por meio do Compras.gov.br e foi a vencedora, como ela mesma explica: “Somos uma empresa familiar do ramo de alimentação, e minha experiência com o aplicativo foi maravilhosa. Ele é bem prático e simples para quem está começando nas compras públicas. Fiz um curso básico sobre o processo de licitações e, já na minha primeira investida, ganhei. Agora não quero mais parar. Está sendo um desafio e pretendo continuar nas disputas”, revela.

Guilherme Scarato é microempreendedor individual há três anos, em Juiz de Fora (MG), e realizou, pela primeira vez, o acesso às compras públicas pelo aplicativo para oferecer serviços de cerimonial de eventos para formaturas. “Minha parceira foi informada que uma das disputas que tínhamos interesse estava aberta pelo Compras.gov.br e fizemos o cadastro para entrar. Foi ótimo, pois o aplicativo reúne todas as informações necessárias e é prático, podendo ser acessado de qualquer lugar. Quando entramos no processo de compra, estávamos fora do escritório e o prazo já estava acabando”, informa Guilherme. “Foi a primeira experiência com o Compras.gov.br, mas agora vamos usar bem mais, pois o aplicativo sempre está me notificando de novas licitações que eu posso entrar”.

Desde maio de 2022, quando a funcionalidade de cadastro de proposta foi implementada, já foram realizados 150 mil downloads do app compras.gov.br e o sistema recebeu mais de 3.400 interações. Na última semana, o sistema registrou os primeiros vencedores que realizaram o respectivo processo de compra pública 100% no app. A partir do segundo semestre deste ano, o fornecedor poderá participar também da etapa de lances para dispensa eletrônica.

Tudo pelo app Compras.gov.br

Com o aplicativo, o fornecedor não precisa estar sentado em frente a um computador para cadastrar proposta para uma dispensa eletrônica. Pelo aplicativo é possível receber diariamente as oportunidades de licitações disponíveis. Após o cadastro, o licitante recebe as notificações do certame que está participando, como avisos, esclarecimentos e os eventos do processo, como homologação de item e convocação, entre outros.

“A transformação digital do governo federal também alcança as compras públicas, que, em 2021, movimentaram cerca de R\$ 150 bilhões. Com o aplicativo e suas atualizações, empreendedores e empresas de todos os portes estão mais perto do mercado das compras públicas”, explica o secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do ME, Caio Mario Paes de Andrade. “A tecnologia permite a otimização do processo e amplia os canais de efetiva participação nas compras públicas, aumentando a competitividade e a melhor oferta para a Administração Pública”, comemora.

A coordenadora do projeto Compras Governamentais e analista de Desenvolvimento Territorial do Sebrae, Denise Donati, avalia que as atualizações implementadas no Compras.gov.br trazem aos pequenos empresários um “universo de oportunidades”, já que agora eles podem acessar o sistema onde quer que estejam. “O Sebrae está participando do processo de modernização do Compras.gov.br e está acompanhando todas essas mudanças. A compra pública, que antes era um temor para os pequenos negócios, agora foi para a palma da mão com o uso do aplicativo. Isso é a inovação em favor da economia e do empreendedorismo”, ressalta.

Como participar de compras públicas

Em funcionamento desde maio deste ano, a apresentação de propostas pelo app Compras.gov.br foi desenvolvida para facilitar o acesso de empresas e pessoas físicas às compras públicas. Os interessados em vender para a Administração Pública precisam de somente três passos para se credenciar no Sistema de Compras do governo federal: fazer o download do aplicativo (disponível tanto para Android quanto para iOS), entrar com o login utilizando as credenciais do GOV.BR e inserir o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou Cadastro de Pessoa Física (CPF). Após o credenciamento – que é uma fase obrigatória – já é possível participar.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA REALIZA SEMANA DE ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO

Evento, que acontece de 21 a 24 de junho, presencialmente, tem como objetivo discutir o processo e disseminar a Análise de Impacto Regulatório (AIR); inscrições estão abertas

A Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia (Sepec/ME), realizará, de 21 a 24 de junho, no Auditório Pereira Lira, no edifício sede do Tribunal de Contas da União (TCU), em Brasília, a semana de Análise de Impacto Regulatório (AIR), que tem como objetivo discutir o processo, disseminar e tratar de avaliações realizadas por órgãos e agências governamentais.

Introduzida de modo amplo a partir da Lei nº 13.874/2019 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/L13874.htm), a AIR consiste na análise e avaliação dos possíveis benefícios, custos e impactos de regulamentações novas ou já existentes. É um dos instrumentos mais importantes para melhoria da qualidade da regulação, sendo recomendado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e praticado por dezenas de outros países.

No evento serão apresentados painéis sobre experiências nacionais e internacionais de AIR, o papel de engajamento e participação social na AIR, análises quantitativas e políticas regulatórias em níveis estadual e municipal. A experiência da iniciativa privada também será contemplada por meio de apresentação da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Também haverá a apresentação pela OCDE do relatório sobre a reforma regulatória do Brasil (Review of Regulatory Reform of Brazil) e das implicações da adesão do país à organização.

A Semana contará com a presença de membros da OCDE, entre eles Elsa Pilichowski, diretora de Governança Pública, Luiz de Mello, diretor do Departamento de Economia, e Manuel Gerardo Flores, coordenador do Programa da OCDE sobre Política Regulatória para a América Latina, assim como membros do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que estará representado pelo chefe do Escritório do Banco Interamericano de Desenvolvimento no Brasil, Morgan Doyle, e Pedro Farias, especialista em Modernização do Estado.

A inscrição pode ser feita por formulário pela internet. As vagas são limitadas.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 15/06/2022

REDUÇÃO DOS COMBUSTÍVEIS É APROVADA NO SENADO NESTA SEGUNDA-FEIRA (13/6)

Aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 18/2022 tem objetivo de baratear o custo dos combustíveis, já que limita o ICMS em 17% e enquadra combustíveis, energia elétrica, transportes e telecomunicações como bens essenciais. Texto ainda volta para a Câmara

Após discussões em sessão extraordinária no Senado Federal, nesta segunda-feira (13/6), foi aprovado o Projeto de Lei Complementar (PLP) 18/2022. O texto proposto pelo governo federal para baratear o custo dos combustíveis, limita o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 17% e enquadra combustíveis, energia elétrica, transportes e telecomunicações como bens essenciais. A proposta também prevê compensações financeiras aos estados pela possível perda de arrecadação, mas é limitado os entes federados que não possuem débitos com a União. Até o momento, o Poder Executivo reservou mais de R\$ 32 bilhões para fazer os abatimentos.



Durante evento no Palácio do Planalto, no último dia 6 de junho, o ministro Paulo Guedes ressaltou que, se o PLP 18/22 for aprovado, ressarcirá os estados para que não tenham perda de arrecadação. “A intenção é que uma parte que venha por esse teto de 17% seja colaboração dos estados e municípios, e o governo federal, por outro lado, transferirá recursos para qualquer redução de imposto que vá além disso”, disse Paulo Guedes.

“O governo federal se dispõe a transferir recursos, que é uma forma de fazer o repasse para estados e municípios, ressarcindo, transferindo receitas para eles, de forma que não tenham perda de arrecadação por estarem contribuindo para atenuar o impacto sobre o povo dessa segunda grande guerra que nós estamos enfrentando, que começou há 100 dias”, acrescentou o ministro, referindo-se ao conflito entre Rússia e Ucrânia.

Com o texto da PEC 16, o governo oferta R\$ 29,6 bilhões para os entes federados, sob condição de zerar o ICMS do diesel, do Gás Natural Veicular (GNV) e do gás de cozinha. Já a PEC 15 propõe reposições financeiras para quem reduzir o imposto no etanol para pelo menos 12%. Nesse texto, não há imposição aos estados para redução de alíquota, mas dá aos governos a opção de zerar as tarifas em troca do ressarcimento. O texto ainda volta para a Câmara.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF
Data: 15/06/2022



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL - A HORA E A VEZ DA BR DOS RIOS

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, anunciou ontem como o programa de incentivo à navegação interior, denominado BR dos Rios, atualmente em desenvolvimento, vai tramitar no Governo Federal e quando ele deve ser apresentado. Durante sua participação no Brazil Investment Forum 2022 (BIF22), em São Paulo, ontem, ele informou que a proposta será formatada como um projeto de lei e enviado ao Congresso Nacional até o final do ano.

Após modernizar os marcos legais dos portos e das ferrovias e criar um programa de incentivo à cabotagem (navegação costeira), que aguarda sua regulamentação, prevista para os próximos meses, o Governo promete elaborar novas regras para impulsionar a navegação interior. São normas regulando sua exploração, as obras necessárias para sua viabilidade e a própria atividade. É mais um passo em sua estratégia para incentivar a multimodalidade, integrando os vários modais, uma ação demandada há anos e que, agora, deve ser concretizada. Uma medida importante, principalmente por reduzir os custos logísticos da produção brasileira.

Regras para auxiliar a navegação interior são defendidas por especialistas há anos. E essa bandeira também é levantada há mais de uma década dentro do Governo, especificamente pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários, o órgão regulador do setor, mas, na prática, nunca avançou além dos discursos e dos debates com especialistas.

Agora, porém, o Ministério da Infraestrutura dá sinais claros de que esta pauta avançará. Em entrevista exclusiva ao BE News, publicada na edição da última segunda-feira, o secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Mario Povia, debateu a questão, citando propostas para normatizar e incentivar a navegação interior e que devem ser formalizadas ainda neste ano.

Incentivar a navegação interior - que engloba a fluvial e a lacustre - é essencial para o desenvolvimento brasileiro, especialmente diante das dimensões do País e de suas características geográficas, com sua rede de rios navegáveis. Ignorar essa realidade é desperdiçar um avo que pode tanto agilizar como reduzir os custos da logística da produção

brasileira e, dessa forma, ampliando sua competitividade. São ações que já passaram da hora de serem implementadas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/06/2022

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

DESPACHO GRATUITO VETADO 1

O presidente Jair Bolsonaro vetou ontem (15) a regra aprovada pelo Congresso que retomava o despacho gratuito das bagagens em voos comerciais no Brasil. A informação é da Secretária-Geral da Presidência e foi divulgada na noite de ontem. O veto será publicado no Diário Oficial da União nos próximos dias.

DESPACHO GRATUITO VETADO 2

Deputados federais haviam incluído a retomada do despacho gratuito em uma medida provisória que mudava regras de funcionamento do setor aéreo – a modificação já havia sido aprovada pelo Senado. O texto original da MP editado pelo presidente não previa a modificação. E o Planalto já havia informado que era contra a gratuidade. Se a versão do Congresso fosse sancionada, o Código de Defesa do Consumidor passaria a considerar como práticas abusivas a cobrança, pelas companhias aéreas, de um volume de bagagem com menos de 23 quilos em voos nacionais e de uma bagagem com menos de 30 quilos em voos internacionais. Atualmente, cada empresa define seu critério de cobrança.

DESPACHO GRATUITO VETADO 3

A Secretária-Geral da Presidência informou que a retomada do despacho gratuito de bagagens foi vetada pois "a proposição aumentaria os custos dos serviços aéreos e o risco regulatório, o que reduziria a atratividade do mercado brasileiro a potenciais novos competidores e contribuiria para a elevação dos preços das passagens aéreas".

BAIXO CARBONO

O Ministério da Infraestrutura e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) assinaram ontem, em São Paulo, um acordo em defesa do desenvolvimento sustentável no setor da infraestrutura de transportes. Trata-se de uma cooperação técnica não reembolsável para a "Mudança Modal para Transporte de Carga e Passageiros de Baixo Carbono no Brasil", com o objetivo de apoiar o Governo na implantação de um plano nacional de incentivo ao baixo carbono no setor.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/06/2022



NACIONAL - SENADO APROVA PEC DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Proposta segue agora para a Câmara dos Deputados

Por TALES SILVEIRA tales@portalbenews.com.br

Fernando Bezerra e Fábio Garcia se cumprimentam após a aprovação unânime da proposta



O Senado aprovou nesta terça-feira (14) a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 15/2022, que estimula a competitividade dos biocombustíveis em relação aos concorrentes fósseis. Foram 68 votos favoráveis e nenhum contrário na votação em primeiro turno. No segundo turno, foram registrados 72 votos favoráveis e nenhum contrário. A matéria segue para a Câmara dos Deputados.

A PEC é uma iniciativa do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), e prevê a criação de "um regime fiscal favorecido para os biocombustíveis", o que será definido em uma lei complementar a ser aprovada pelo Congresso Nacional. De acordo com a proposta, as alíquotas sobre fontes renováveis devem ser menores do que as previstas para os combustíveis fósseis.

A regra deve valer por pelo menos 20 anos e será aplicável aos seguintes tributos: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) paga pela empresa sobre receita ou faturamento e pelo importador de bens ou serviços do exterior; Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Durante a leitura do voto, o relator da proposta, senador Fábio Garcia (União-MT), reforçou que a PEC assume maior relevância no cenário atual, marcado pela alta dos preços dos combustíveis. Ele afirmou que o projeto garante a manutenção de incentivos a combustíveis renováveis.

"O que se busca aqui é pelo menos a manutenção do diferencial tributário existente hoje. O setor não pede nada mais do que a manutenção. Se o governo tem a intenção de ampliar os incentivos fiscais, o texto também não impede", disse.

O parlamentar não fez alterações de mérito no texto, quando novas propostas são inseridas pelo relator. A única alteração feita trata de correções textuais para explicitar que os biocombustíveis são aqueles destinados ao consumo final, ou seja, aqueles que chegam aos postos.

A aprovação da PEC acontece um dia após o plenário do Senado ter aprovado o projeto que limita a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), um tributo estadual incidente sobre combustíveis, gás natural e energia elétrica.

Caminhoneiros

Um dia depois da votação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 18/2021 que limita a 17% a aplicação de alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis, caminhoneiros autônomos se manifestaram sobre o assunto.

Em nota publicada nesta terça-feira, o presidente da Abrava (Associação Brasileira de Condutores de Veículos Automotores), Wallace Landim, conhecido como Chorão, afirmou que a proposta não trará efeitos para o preço do diesel.

Segundo o caminhoneiro, qualquer tributo que se anuncie retirar do preço de combustível será ineficaz para sua efetiva redução. A nota afirma ainda que a categoria prevê novos aumentos do preço do diesel por parte da Petrobras. Com isso, todas as reduções que aconteceriam com a aprovação do PLP serão logo consumidas.

"A Petrobras deve anunciar novos aumentos para a gasolina e para o diesel, respectivamente, 17% e 16%, em breve. Ora, não precisa ser um economista para chegar à conclusão que 2 ou 3 aumentos consumirão toda redução que se pretende fazer por meio dos tributos", disse.

A nota encerra afirmando que, caso não sejam feitas alterações na política de preços praticados pela Petrobras, a tendência é que a categoria logo deverá parar. "Se não for por greve, será pelo fato de se pagar para trabalhar. A greve é o mais provável e não demora muito", falou.

Congresso adiado

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) adiou, na última segunda-feira (13), a sessão do Congresso Nacional prevista para esta terça-feira (14). O adiamento se deu após pedido da liderança do governo no Congresso, que sugeriu a mudança para que a falta de quórum não prejudicasse acordos feitos entre as lideranças para as votações. A nova reunião dos parlamentares foi estabelecida para o dia 5 de julho.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/06/2022

NACIONAL - DIESEL SOBE 3,72% EM MAIO E ESCALADA DE INFLAÇÃO PREOCUPA TRANSPORTADORAS

Levantamento da Confederação Nacional do Transporte (CNT) aponta que, nos últimos 12 meses, o principal insumo do setor acumula alta de 52,27%. Empresas preveem impactos

Por **BÁRBARA FARIAS** barbara@portalbenews.com.br



SEGUNDO A CNT, A ESCALADA DA INFLAÇÃO, ESPECIALMENTE SOBRE OS PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS, PREOCUPA AS EMPRESAS TRANSPORTADORAS "EM FUNÇÃO DA DIFICULDADE DE SE RENEGOCIAR CONTRATOS E REPASSAR O AUMENTO DE CUSTOS DO FRETE DE CARGAS E TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

Levantamento da CNT aponta que os combustíveis tiveram aumento de 1% em maio

O óleo diesel, principal insumo do setor de transportes, apresentou alta 3,72% nos preços em maio. No acumulado de 12 meses, o aumento atingiu 52,27%, muito acima da inflação registrada no mesmo período, de 11,73%. A escalada de preços dos combustíveis preocupa as transportadoras que preveem impactos em operações, contratos e dificuldades no repasse de custos para os fretes.

Os dados constam no Radar CNT do Transporte – IPCA Maio de 2022, divulgado na última sexta-feira (10), pela Confederação Nacional do Transporte (CNT), que constatou aumentos nos preços do óleo diesel, do gás veicular e da gasolina.

O levantamento da CNT aponta que os combustíveis tiveram aumento de 1% em maio. Embora o percentual seja menor do que a inflação registrada em abril (3,2%), um recorte a longo prazo específico para o óleo diesel mostra que, nos últimos 12 meses, o principal insumo do setor transportador acumula alta de 52,27%, muito acima da inflação registrada no mesmo período, de 11,73%.

A análise da CNT é baseada no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de maio, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que foi menor do que o de abril, o que significa recuo na inflação de um mês para o outro. Mas, para a entidade representava do setor de transportes, o leve recuo na inflação deve ser visto com cautela.

“Quando observados os subitens específicos do transporte no IPCA de maio, chamam a atenção os aumentos do gás veicular (14,88%) e do óleo diesel (3,72%). Na prática, essa variação reduz as margens das operações para o transportador e tem consequências para toda a economia, uma vez que o diesel é o principal combustível utilizado para o transporte de mercadorias e passageiros”, apontou a CNT.

De acordo com o levantamento, para o transporte, o IPCA foi de 1,34% em maio. Com esse resultado, a inflação acumulada em 12 meses chegou a 19,92% e, em 2022, a 6,77%. Além do diesel e do gás veicular, a gasolina também registrou alta (0,92%).



A maior parte dos 377 bens pesquisados na cesta de produtos do IPCA teve aumento de preço em maio, o que corresponde a 72,4% desses itens (índice de difusão). Embora tenha reduzido em relação a abril, esse resultado indica significava disseminação das pressões inflacionárias. O grupo Transportes tem significava influência sobre o IPCA e apresentou o maior peso entre os grupos de bens pesquisados na composição do índice (peso mensal de 22,11%). Esse grupo inclui transporte público, veículo próprio, combustíveis (veículos), gasolina, etanol, óleo diesel e gás veicular.

A confederação avaliou ainda que se a escalada de preços perdurar, poderá refletir em aumento nos transportes em curto prazo. “Caso a escalada de preços continue, duas consequências deverão ser mais sentidas no curto prazo. Em primeiro lugar, as margens do setor serão encolhidas, prejudicando a realização dos serviços. Em segundo, deverá haver alguma correção nas tarifas de transporte, o que tende a ser percebido por meio do encarecimento dos produtos transportados e das passagens, impactando o poder de compra da população. Motivos suficientes para manter a preocupação do setor”.

Inflação e frete Segundo a CNT, a escalada da inflação, especialmente sobre os preços dos combustíveis, preocupa as empresas transportadoras “em função da dificuldade de se renegociar contratos e repassar o aumento de custos do frete de cargas e transporte de passageiros”. Causa apreensão, também, em função da política monetária restritiva para conter a inflação, que deve levar o Banco Central a elevar ainda mais a taxa básica de juros da economia brasileira (Selic).

Selic

O Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, deverá elevar a taxa básica de juros para 13,25% ao ano em reunião que encerra nesta quarta-feira (15), com expectativa de inflação de 8,89% ao final de 2022, ainda muito acima do centro da meta estabelecida, de 3,50%. Desde maio de 2020, este índice tem se distanciado da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de modo que, neste mês, se encontra 8,23% acima do valor perseguido pela autoridade monetária.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 15/06/2022

NACIONAL - CRISE DO COMBUSTÍVEL TAMBÉM AFETA ESTADOS UNIDOS

Por **BÁRBARA FARIAS** barbara@portalbenews.com.br

A elevação dos custos com combustíveis também atinge o transporte de cargas por caminhão nos Estados Unidos, com um aumento em maio de 2,9%, segundo o Departamento do Trabalho. A agência de notícias AP informa que os preços ao produtor subiram 10,8% no último mês em relação ao mesmo mês de 2021, “ressaltando a ameaça continua à inflação que não mostra sinais de desaceleração”.

A agência de notícias Reuters também relata o aumento, afirmando que os preços ao produtor nos Estados Unidos subiram solidamente em maio devido à gasolina, impactando os produtores, “outro sinal de inflação teimosamente alta que pode forçar o Federal Reserve a aumentar as taxas de juros em até 75 pontos base nesta quarta-feira”.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 15/06/2022

NACIONAL - BR DOS RIOS SERÁ ENVIADA AO CONGRESSO ATÉ O FIM DO ANO, DIZ SAMPAIO

O ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, afirmou ainda que privatização da SPA ocorrerá em 2022

Por **TALES SILVEIRA** tales@portalbenews.com.br



Marcelo Sampaio afirmou que as desestatizações do Porto de Itajaí, de São Sebastião e da Santos Port Authority acontecerão ainda este ano

O ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, afirmou que o programa de incentivo à navegação interior (ou continental), denominado BR dos Rios, será formatado em um projeto de lei e enviado ao Congresso até o fim deste ano. A proposta objetiva estimular a navegação por hidrovias, atraindo investimentos e ampliando o peso do setor no transporte de cargas. A estratégia foi anunciada nessa terça-feira, durante a participação de Sampaio no

Fórum de Investimentos Brasil (BIF) 2022, promovido em São Paulo pela ApexBrasil, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo Governo Federal. Segundo o ministro, o BR dos Rios terá como objetivo principal fazer ajustes na regulação de hidrovias do Brasil e estimular o transporte de commodities no setor.

"Até o final do ano, enviaremos um novo ajuste no marco de hidrovias. Com o BR dos Rios, queremos revisar todo o arcabouço regulatório e avançar nesta agenda que é fundamental para o Brasil", disse. O BR dos Rios é considerado uma sequência da Lei 14.301/2022, que cria o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem, conhecido como BR do Mar. Este projeto foi enviado em agosto de 2020 ao Congresso e aprovado pelos parlamentares em dezembro de 2021. Sua regulamentação deve sair em até 40 dias, segundo a Secretaria de Portos.

Ainda comentando sobre o BR do Mar, o ministro da Infraestrutura explicou que a lei vem para equilibrar a matriz de transporte brasileira. Além disso, afirmou que a expectativa é que a norma traga um crescimento de até 40% para a cabotagem (navegação pela costa do País).

"O novo marco da cabotagem vem com o mesmo intuito de equilibrar a matriz de transporte. A nossa expectativa é aumentar em 40% o transporte por este modal. Ano passado, já vemos 11% de ampliação no setor. Queremos transportar mais produtos pela nossa costa. Isso trará eficiência e competitividade", falou.

Balanco e desestatização portuária

Marcelo Sampaio fez um balanço de todas as avos privatizados durante a gestão do atual governo. "Nos últimos três anos e seis meses, transferimos 84 avos ao setor privado. 34 aeroportos, 36 terminais portuários, 6 ferrovias e 7 concessões de rodovias. São R\$ 100 bilhões contratados. Para se ter uma ideia, o orçamento do ministério neste ano é de R\$ 6,7 bilhões", explicou.

O titular da pasta lembrou da desestatização da Companhia Docas Espírito Santo (Codesa), leiloadada em março deste ano, e afirmou que o Governo realizará, até o fim de 2022, as desestatizações do Porto de Itajaí, de São Sebastião e da Santos Port Authority (SPA), o maior da América Latina.

"Estamos muito engajados na agenda. Queremos fechar este ano com R\$ 200 bilhões contratados. Para isso, teremos a sétima rodada de aeroportos e outras diversas privatizações. O Porto de Santos, em 2018, deu prejuízo de R\$ 500 milhões. Este ano deverá trazer até R\$ 500 milhões de lucro. A privatização da SPA acontecerá ainda em 2022", disse.

Ferrovias

Sobre o setor ferroviário, o ministro da Infraestrutura voltou a afirmar que as mudanças regulatórias e normativas já realizadas objetivam fazer com que o setor ferroviário seja responsável por um terço da matriz de transportes do País. Comentou ainda sobre os mais de oitenta pedidos de autorização ferroviária emitidos pelo órgão. Segundo Sampaio, 65% dos projetos têm condições de serem realizados.

"Claro que sabemos que nem todos esses 84 pedidos se tornarão realidade. Mas tem uma massa grande de uns 50 ou 55 projetos que entendemos ter toda uma viabilidade. Também estamos vendo o setor privado se movimentar. Já falta no Brasil engenheiros projetistas no setor. Tudo por causa desse boom que estamos promovendo. Nos próximos anos, acreditamos que ferrovia representará 30% da nossa matriz de transporte", falou.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 15/06/2022

NACIONAL - VALE COMPRA 62 VAGÕES DE EMPRESA DA CHINA

CRRC Qingdao Sifang Co., Ltd. é a maior fabricante do país. Será a primeira exportação de vagões ferroviários chineses para o Brasil

Por **BÁRBARA FARIAS** barbara@portalbenews.com.br



Divulgação

Os vagões atenderão às linhas de passageiros operadas na Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM) e na Estrada de Ferro Carajás (EFC)

A empresa chinesa CRRC Qingdao Sifang Co. Ltd firmou contrato com a Vale para o envio de 62 vagões. O contrato entre a maior fabricante da China e a mineradora brasileira foi assinado recentemente, online, segundo informações divulgadas pela agência de notícias Xinhua.

Os vagões são destinados às linhas de passageiros operadas pela Vale, na Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM) e na Estrada de Ferro Carajás (EFC). Ambas as ferrovias são para transporte de passageiros e ligam capitais e portos localizados nas regiões Sudeste e Nordeste.

De acordo com o contrato, a CRRC Qingdao Sifang fornecerá, a partir de 2024, 62 vagões dos tipos executivo, econômico, vagão-restaurante e de geração de energia. O projeto, fabricação, entrega e 6 NACIONAL manutenção estarão de acordo com as normas brasileiras, americanas e europeias.

Será a primeira vez que uma empresa chinesa exportará vagões ferroviários para o Brasil. A CRRC Qingdao Sifang já forneceu trem urbano ferroviário para a Linha 13 de São Paulo, a primeira linha expressa aeroportuária da América do Sul, que entrou em operação em 2020.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 15/06/2022

NACIONAL - ANAC REVOGA CERTIFICADO DE OPERADOR AÉREO DA ITAPEMIRIM

Venda do documento era uma das estratégias do ex-presidente Sidnei Piva para quitar dívidas do Grupo Itapemirim

Divulgação/Grupo Itapemiri



Por **TALES SILVEIRA** - tales@portalbenews.com.br

A ITA começou a operar em junho de 2021, mas suspendeu as operações cerca de seis meses depois

Por unanimidade, a diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) negou, nessa terça-feira (13), o pedido de reconsideração de revogação do Certificado

de Operador Aéreo (COA) da Itapemirim TransportesAéreos.Com isso, a empresa está oficialmente impossibilitada de realizar voos no País.

Aita começou a operar em junho de 2021, mas suspendeu as operações pouco tempo depois, em dezembro, às vésperas do Natal e Ano-Novo. O movo publicado foi de problemas por dívidas com fornecedores e funcionários. O COA, por sua vez, foi temporariamente suspenso em dezembro de 2021.

Durante a operação de cerca de seis meses, a ITA consumiu mais de R\$ 30 milhões do Grupo Itapemirim, grupo de transporte rodoviário. A empresa está em recuperação judicial desde 2016, com dívidas tributárias de quase R\$2 bilhões. Já a dívida ativa, conforme o último plano de recuperação aprovado pelos credores em 2019, é de cerca de R\$ 250 milhões.

Segundo alegações de diversos credores da Itapemirim, o plano de recuperação judicial da empresa não vem sendo cumprido. Afirmam que o dono da companhia, Sidnei Piva, desviou grandes valores da Viação Itapemirim para financiar a sua companhia aérea, Ita Transportes Aéreos. Por essa e outras irregularidades, em maio Piva foi afastado da gestão do grupo Itapemirim em assembleia de credores.

O COA era uma das estratégias do dono do Grupo Itapemirim para organizar as finanças. Em abril deste ano, a ITA fechou um acordo de venda da linha aérea para o Baufaker Consulng. A controladora assumiria a dívida de cerca de R\$ 180 milhões que a aérea tem com aeroportos, empresas de leasing de aviões, fornecedores, agências de turismo, funcionários, passageiros e com o próprio Grupo Itapemirim.

Contudo, em maio, o empresário Galeb Baufaker Junior, dono da Baufaker Consulng, desistiu da compra. O movo da desistência seria o bloqueio da movimentação do patrimônio da empresa, o que impede a venda do ramo aéreo do grupo.

Recomposição

Na mesma sessão a diretoria aprovou a prorrogação da consulta pública 8/2022. A consulta busca analisar a minuta de proposta de alteração à Resolução nº 528, de 28 de agosto de 2019, para alterar as taxas de desconto a serem utilizadas nos fluxos de caixa marginais para efeito de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro para os contratos de concessão.

Os aeroportos que deverão ser afetados são: Aeroporto Internacional de Brasília (DF); de Campinas (SP); de Guarulhos (SP); dos Aeroportos Internacionais de Fortaleza (CE); de Florianópolis (SC); de Salvador (BA) e do Porto Alegre (RS).

As contribuições deveriam ser encaminhadas à agência por meio de formulário eletrônico até o dia 13 de junho de 2022. A consulta agora se estenderá até 4 de julho de 2022. Também ficou estabelecida a realização de uma audiência pública.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/06/2022

NACIONAL - PRESIDENTE DA PRATICAGEM É REELEITO VICE-PRESIDENTE DA IMPA

Por **TALES SILVEIRA** - tales@portalbenews.com.br



O presidente da Praticagem do Brasil, Ricardo Falcão, foi reeleito como um dos vice-presidentes da Associação Internacional de Práticos Marítimos (Impa) na tarde de ontem, durante o 25º congresso da entidade, realizado até sexta-feira em Cancún, no México. A Impa representa a categoria perante a comunidade marítima global, inclusive diante da

Organização Marítima Internacional (IMO), a agência da Organização das Nações Unidas (ONU) que cuida da segurança na navegação. Com sede em Londres, ela representa 8.360 práticos, de 51 países.

Lançado primeiro livro sobre ESG no setor portuário



O primeiro livro produzido no Brasil sobre ESG no setor portuário foi lançado pela Editora da Universidade Federal do Maranhão e concebido pelo Grupo de Pesquisa LabPortos. Intitulado 'Manifesto: ESG portuário', tem formato digital e é de acesso gratuito.

A publicação foi organizada pelos professores universitários Sérgio Cutrim e Leo T. Robles, e, entre os autores, estão duas integrantes do Conselho Feminino do Brasil Export: a diretora-executiva da Associação dos Terminais Portuários Privados (ATP), Luciana Guerise, que escreveu "A comunicação institucional no setor portuário: advocacy na relação porto-cidade e a gamificação como instrumento de aproximação"; e a coordenadora-geral de Descentralização e Delegações da Secretaria Nacional de Portos do Ministério da Infraestrutura, Flávia Nico Vasconcelos, responsável pelo artigo 'Inovação Social nos Portos'. Também participam da obra: Darliane Cunha, Diego Lima Matos e Luane Lemos. Para baixar basta clicar no link: [hps://rebrand.ly/manifestoesgportuario](https://rebrand.ly/manifestoesgportuario).

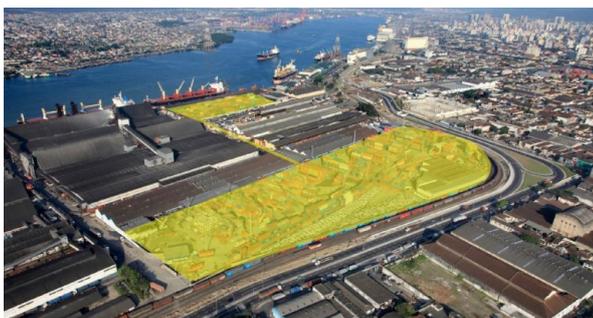
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/06/2022

REGIÃO SUDESTE - CONSULTA SOBRE STS 53 É PRORROGADA ATÉ DIA 30

Antaq também determinou a realização de uma nova audiência pública no dia 23

Por **TALES SILVEIRA** tales@portalbenews.com.br



A área do STS53 soma 87.981 metros quadrados e será arrendada por um prazo de 25 anos

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) prorrogou novamente a consulta pública para realização do leilão para arrendamento da área STS53, localizada na região de Outeirinhos, na Margem Direita do Porto de Santos. Ela terminaria hoje (15) e, agora, continuará até o dia 30 deste mês.

A deliberação da Antaq sobre a prorrogação foi assinada nessa terça-feira de forma ad referendum, ou seja, a medida é sujeita à aceitação posterior por parte de um colegiado. O documento deve ser publicado na edição do Diário Oficial da União desta quarta-feira. Também será agendada uma audiência pública no próximo dia 23, para tratar do tema.

Pela legislação, os processos de arrendamento de terminais são de responsabilidade da Antaq.

O STS53 será destinado à implantação de um terminal voltado à movimentação de granéis sólidos minerais, especialmente fertilizantes. Sua área será de 87.981 metros quadrados e o arrendamento terá um prazo de 25 anos. Segundo dados do Ministério da Infraestrutura, considerando o período de concessão, a receita bruta global deve chegar a R\$ 6 bilhões, os investimentos vão somar R\$658,8 milhões e a movimentação atingirá 89,8 milhões de toneladas.

Desestatização



Ainda nesta semana, a Antaq irá autorizar o envio, ao Tribunal de Contas da União (TCU), do processo de desestatização do Porto de Itajaí (SC), conforme apurou a Reportagem. Atualmente o complexo marítimo é administrado pela Prefeitura de Itajaí.

Ao ser privatizado, o porto deve receber investimentos de R\$ 2,8 bilhões. Apenas nos primeiros três anos, o aporte será de R\$ 920 milhões, segundo dados do Ministério da Infraestrutura (Minfra).

Este é um dos três processos de desestatização portuária que o Minfra pretende concluir até o final do ano. Os outros dois são referentes aos portos de São Sebastião (SP) e Santos (SP).

Esses três projetos concluíram, nas últimas semanas, as etapas de consultas e audiências públicas. De acordo com o novo secretário de Portos e Transportes Aquaviários, do Ministério da Infraestrutura, Mario Povia, esses processos seguiriam, nos próximos dias para o TCU.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/06/2022

VAST E PETROCHINA ASSINAM CONTRATO PARA MOVIMENTAR PETRÓLEO NO PORTO DO AÇU

O acordo prevê o transbordo do produto envolvendo embarcações Aframax, Suezmax e VLCC
Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br

Desde o início de suas operações, a Vast movimentou mais de 400 milhões de barris de petróleo através dos contratos existentes com as principais operadoras que atuam no Brasil

A Vast Infraestrutura (ex-Açu Petróleo), empresa especializada em movimentação de petróleo entre navios, assinou no início deste mês um contrato de longo prazo com a companhia chinesa PetroChina Internaonal Company Limited (PetroChina Intl.). Agora, ela passa a realizar as operações de transbordo de petróleo no terminal da Vast no Porto do Açu, no Rio de Janeiro. O acordo prevê o transbordo envolvendo embarcações Aframax, Suezmax e VLCC.

A PetroChina Intl. é subsidiária da PetroChina Company Limited, que é uma das maiores produtoras e distribuidoras de petróleo e gás na China, e um participante significativo na indústria global de petróleo e gás. Atualmente, tem produção no Brasil nos campos de Mero e Búzios.

As operações contempladas pelo documento serão realizadas no terminal da Vast, que tem 25 metros de profundidade, capacidade licenciada para movimentar até 1.2M bpd, podendo realizar até três operações de transbordo simultaneamente.

Victor Snabais Bomfim, CEO da Vast Infraestrutura, explicou que, historicamente, mais de dois terços do petróleo movimentado no terminal da empresa têm a China como destino final. Com o novo contrato, a empresa passa a ser o principal parceiro logístico no Brasil para a exportação da produção brasileira da PetroChina.

“Nosso terminal é o único privado no País que permite transbordo em águas abrigadas e protegidas, com capacidade para operar navios VLCC (Very Large Crude Carrier). Esses diferenciais, atrelados à nossa localização estratégica, tornam o terminal da Vast a mais segura e eficaz opção para exportação de petróleo no Brasil”, comentou Victor Bomfim.

A empresa, que começou a operar em 2016, já movimenta mais de 25% do petróleo que é exportado pelo Brasil e tem registrado crescimento anual contínuo em termos de volumes movimentados.

Desde o início de suas operações, a Vast movimentou mais de 400 milhões de barris de petróleo através dos contratos existentes com as principais operadoras que atuam no Brasil. Além de

operações de exportação de petróleo, a Vast atua nas operações de apoio à cabotagem para alimentação das refinarias ao longo da costa brasileira.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/06/2022

REGIÃO SUL - DNIT ENTREGA VIADUTO NA BR-163/PR

Obra possibilita acesso ao município de Toledo, no Paraná, sobre a rodovia federal, uma das principais rotas de escoamento de safra do Brasil

Por **BÁRBARA FARIAS** barbara@portalbenews.com.br



BR-163/PR ATENDE OS ESTADOS DE MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E PARANÁ NO ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AOS PORTOS DE PARANAGUÁ, ALÉM DE SER IMPORTANTE LIGAÇÃO COM O PARAGUAI

O investimento foi de R\$ 11,4 milhões

As obras do viaduto de Toledo (Paraná), na BR-163, foram concluídas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). A obra possibilitará o acesso ao

município sobre a rodovia federal que é uma das principais rotas de escoamento do agronegócio do Brasil.

Segundo o DNIT, a Obra de Arte Especial (OAE) possui um tramo isostático, com vão de 32m, encerrando comprimento total do tabuleiro de 32,80m, além das lajes de aproximação. O tabuleiro é normal e em tangente, com largura total constante de 22,30m. Além do viaduto, também foi entregue pista dupla (2,4 quilômetros), marginal à direita (2,65 quilômetros) e marginal à esquerda (2,35 quilômetros). O investimento foi de R\$ 11,4 milhões.

O departamento informou ainda que no trecho da rodovia, localizado entre os municípios de Toledo e Marechal Cândido Rondon, já foram realizados serviços de terraplenagem, sub-base e drenagem, além de proteção ao meio ambiente e conclusão das desapropriações necessárias à obra.

A BR-163 é uma das principais artérias de escoamento de safra do Brasil. Este segmento de duplicação atende os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná no escoamento da produção aos portos de Paranaguá. Além disso, a rodovia é importante ligação com o Paraguai.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/06/2022

NORTE - SEDEME RECEBE COOPERAVA AGRÍCOLA DA ESPANHA

Secretaria apresentou as ações do Pará para desenvolvimento econômico

Da Redação redacao@portalbenews.com.br

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (Sedeme) do Pará apresentou, ontem, as ações voltadas para o desenvolvimento econômico do estado a membros da diretoria da Cooperava de Callosa d'en Sarrià, da Espanha. A notícia divulgada pelo Governo do Estado foi prontamente repassada pelo membro do Conselho Norte do Brasil Export, José Fernando Gomes Jr.

“Muito bom, precisamos estimular a produção cooperava para dar escala aos nossos pequenos e médios agricultores”, disse o presidente do Conselho, Clóvis Carneiro. “Emprego é o que precisamos para nosso povo”, acrescentou Alexandre Carvalho. “Os pequenos e médios são os que mais empregam no nosso País”.

A equipe, que chegou à secretaria por meio da Organização das Cooperavas do Brasil (OCB), está em Belém para participar do 2º Seminário Internacional do Cooperativismo Agropecuário Paraense. Na Sedeme, que faz a gestão do cooperativismo do estado ao lado da OCB, os membros da diretoria conheceram os potenciais do Pará e a estrutura oferecida para o desenvolvimento de negócios entre os países.

Atualmente, a cooperava é a maior da Europa em produção de nêspera (espécie de ameixa) e, com a vinda ao Pará, o objetivo é explorar a diversidade frutífera do Estado, ainda pouco conhecida na região.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/06/2022

NORDESTE - NOVA FERROVIA PODERÁ GERAR QUASE 100 MIL EMPREGOS NO MARANHÃO

Da Redação redacao@portalbenews.com.br

O estado do Maranhão poderá ganhar quase 100 mil novos empregos com a construção da Ferrovia do Maranhão (EF317) pelo Governo Federal, disse ao Jornal Pequeno, o superintendente de Transporte Ferroviário da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Ismael Trinks, em visita a São Luís na última sexta-feira.

A estimativa de quase 100 mil novos empregos inclui diretos, indiretos e efeito renda.

A ferrovia, com 520 quilômetros de extensão, ligará Açailândia a Alcântara, já obteve autorização do Governo Federal e aguarda o licenciamento ambiental pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Sema). Esmada a um custo de R\$ 5,3 bilhões, será construída pela empresa Grão-Pará Mul-modal. A previsão de início das obras é 2024, podendo entrar em operação em 2027.

Além da EF-317, estão em tramitação no Ministério da Infraestrutura requerimentos para construção de mais cinco novos trechos ferroviários no Maranhão. Sampaio em Imperatriz O ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, inaugura, hoje (15), quatro quilômetros da BR-010, no trecho da travessia urbana na entrada de Imperatriz (MA).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 15/06/2022

INTERNACIONAL - UCRÂNIA PERDEU 25% DE TERRAS CULTIVÁVEIS POR CAUSA DA GUERRA, DIZ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Segundo o vice-ministro Taras Vysotsky, a colheita poderá ser 35% menor em 2023, em comparação a anos anteriores, mas risco de insegurança alimentar no país está descartado

Por BÁRBARA FARIAS barbara@portalbenews.com.br



Divulgação/PortalGovernoBrasil

GOVERNO GARANTE QUE NÃO HÁ RISCO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR APESAR DA ESTIMATIVA DE REDUÇÃO NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. EM PARTE, DEVIDO AO ÊXODO DA POPULAÇÃO. SEGUNDO ALTO COMISSARIADO PARA REFUGIADOS DA ONU (ACNUR), 7,36 MILHÕES DE UCRANIANOS DEIXARAM O PAÍS DESDE O INÍCIO DA GUERRA

Vice-ministro da Ucrânia, Taras Vysotsky, estima redução em torno de 30 milhões de toneladas de produtos agrícolas na colheita do próximo ano, quase metade do volume de anos anteriores



A Ucrânia perdeu 25% de suas terras cultiváveis e a colheita poderá ser 35% menor em 2023, em comparação a anos anteriores, o que representa em torno de 30 milhões de toneladas a menos. As estimativas foram reveladas, em coletiva de Imprensa, pelo vice-ministro de Políticas Agrárias e Alimentares do país, Taras Vysotsky, em análise dos impactos da ofensiva russa, deflagrada em 24 de fevereiro deste ano.

No entanto, Vysotsky afirmou que não há risco de desabastecimento de alimentos no país. “Apesar da perda de 25% das terras cultiváveis”, a estrutura por trás da colheita atual é “mais que suficiente para garantir o consumo” da população. A atual temporada de colheita começou no último sábado (11), na região de Odessa, ao sul, onde se concentra o maior porto comercial marítimo do país.

“Os agricultores ucranianos conseguiram se preparar relativamente bem para o plano, antes do início da guerra. Em fevereiro, a Ucrânia havia importado cerca de 70% dos fertilizantes necessários, 60% dos produtos fitossanitários e um terço do combustível necessário (para a semeadura)”, disse o vice-ministro.

Ainda de acordo com Vysotsky, o êxodo de milhões de pessoas é outro fator que garantiria os estoques de alimentos no país. “O consumo também diminuiu devido aos deslocamentos em grande escala e às migrações externas”, afirmou.

Segundo o Alto Comissariado para Refugiados da ONU (ACNUR), 7,36 milhões de ucranianos deixaram o país desde o início da guerra, e oito milhões estão abrigados em diferentes regiões da Ucrânia. Muitos já estão retornando para áreas que não estão sob ataque dos russos, como a própria capital, Kiev.

Porém, em consequência da guerra, o vice-ministro calcula que a colheita agrícola será inferior no próximo ano. “Perdemos 25% da terra cultivável. Em termos de volume, claro, é bem mais do que isso. Nós esmamos que a colheita deve ser até 35% menor do que em anos anteriores, o que significa algo em torno de 30 milhões de toneladas a menos, quase metade da colheita de anos anteriores”, afirmou.

Desvio de grãos e portos bloqueados

O vice-ministro ainda acusou a Rússia de roubar 500 mil toneladas de grãos em áreas conquistadas por seus militares e forças aliadas das autodeclaradas Repúblicas Populares de Donetsk e Luhansk. Nas últimas semanas, os russos vêm sendo acusados de desviar esses produtos para vendê-los, de forma irregular, para clientes ao redor do mundo.

Apesar de Moscou negar as alegações, autoridades de ocupação na região de Zaporíjia, parcialmente sob controle russo, confirmaram que estão enviando grãos para clientes no Oriente Médio e Turquia.

“Estamos mandando os grãos através da Rússia, e os primeiros contratos foram assinados com a Turquia. Os primeiros trens parram da Crimeia para o Oriente Médio. Esse já era um mercado tradicional para a Ucrânia”, disse o chefe da administração cívico-militar da região ocupada, Yevgeny Balitsky, em entrevista ao canal Rússia 24, no último dia 8.

Na Turquia, na mesma data, o chanceler russo, Sergei Lavrov, ao ser questionado por um jornalista ucraniano sobre as acusações de desvio de produtos agrícolas, respondeu que “não há um obstáculo ou desafio causado pela Federação Russa” para a exportação de grãos.

Quanto à acusação de bloqueio aos portos da Ucrânia, Lavrov respondeu que “o sr. (Volodymyr) Zelensky precisa dar uma instrução para que os portos possam se tornar seguros”.

Na última segunda-feira (13), o vice-ministro disse que os portos ucranianos estão sendo bloqueados pela Marinha russa, o que impede a saída de navios em direção ao Mar Negro, e não



por minas ucranianas. “O problema ali são os navios militares russos, não é culpada Ucrânia. Até agora, eles não permitem que as embarcações civis entrem e saiam dos portos ucranianos”, declarou.

Na quarta-feira passada (8), o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, afirmou que o bloqueio naval poderia impactar milhões de pessoas pelo mundo — segundo autoridades locais e organizações internacionais, há milhões de toneladas de grãos armazenadas em silos e armazéns, prontas para envio, mas logo não haverá mais espaço para guardar esses produtos.

“A Ucrânia está pronta para cumprir com todas suas obrigações para fornecer a comida necessária para a segurança alimentar mundial. O ponto aqui é muito claro: a Rússia precisa acabar com a guerra”, concluiu Vysotsky.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 15/06/2022

INTERNACIONAL - CAOS NO AEROPORTO DE LISBOA PODE LEVAR À RECUSA DE VÔOS EM 2023

Por BÁRBARA FARIAS barbara@portalbenews.com.br

Após uma segunda-feira (13) caótica no aeroporto de Lisboa, quando cerca de 50 mil passageiros passaram pelo terminal, o ministro das Infraestruturas e da Habitação português, Pedro Nuno Santos, disse ao Diário de Notícias que o terminal Humberto Delgado poderá ter de recusar voos no próximo ano.

Com a recuperação do turismo neste primeiro verão pós pandemia, Lisboa é o quarto destino mais procurado da Europa.

“Este ano, recusar voos ainda não. No próximo ano muito provavelmente atingiremos, esperamos nós, o melhor ano de sempre, que foi antes da pandemia, e aí começaremos novamente a ter problemas de recusa de voos”, disse Pedro Nuno Santos.

O presidente da Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo (APAVT), Pedro Costa Ferreira, lamentou o caos ocorrido nos últimos dias com longas filas. “O aeroporto de Lisboa, veja-se os acontecimentos de ontem (segunda-feira) de manhã, representa, simplesmente, uma vergonha nacional.

“Muito honestamente, não estávamos preparados para este aumento exponencial de turismo e de passageiros, e a própria infraestrutura, como o senhor Ministro da Administração Interna já disse, também não está adequada a esta realidade”, disse a inspetora Ana Vieira ao Jornal de Negócios.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 15/06/2022

"ROUBO DO SÉCULO" FAZ DESAPARECEREM 20 CONTÊINERES COM METAIS PRECIOSOS EM PORTO MEXICANO

Por BÁRBARA FARIAS barbara@portalbenews.com.br

Vinte contêineres, alguns com ouro e prata e aparelhos eletrodomésticos, foram roubados de um depósito privado no Porto de Manzanillo, no oeste do México, naquele que será o maior assalto do gênero no país, informaram as autoridades locais na segunda-feira (13). O crime, que alguns veículos locais descrevem como o "roubo do século", aconteceu no dia 5 deste mês. Ao longo de oito a dez horas, o grupo criminoso usou guindastes e outros veículos pesados para movimentar os contêineres, disse à imprensa Gustavo Adrián Joya, porta-voz da Secretaria de Segurança do estado de Colima, onde fica Manzanillo.

"Vários contentores foram abertos e, no entanto, as mercadorias ficaram no local. Eles foram muito seletivos no tipo de mercadoria que roubaram: metais preciosos e acessórios, como aparelhos de ar condicionado", acrescentou Adrián.

Os guardas de segurança do local, uma área de uma empresa privada em que não há intervenção das autoridades da Alfândega, foram dominados pelos assaltantes, que tinham armas pesadas.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 15/06/2022



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

PORTO DE ITAJAÍ COMPLETA 27 ANOS DE MUNICIPALIZAÇÃO NESTA QUINTA-FEIRA

Informações: *Porto de Itajaí (15 de junho de 2022)*

Relatos históricos indicam que as primeiras atividades no Porto de Itajaí iniciaram em 1905, quando ocorreram os primeiros estudos para a sua criação, realizados pela Comissão de Melhoramentos de Portos e Rios. Em 1914 a primeira obra foi realizada, composta de 700 metros no Molhe Sul, seguidas mais tarde no Molhe Norte, e em 1938 foi construído o primeiro trecho de cais com 233 metros de comprimento com estrutura de concreto armado, juntamente com a primeira instalação de armazém.

Após as décadas de 20 e 30 se adequarem aos perímetros urbanos da cidade, em paralelo com as áreas de cais do porto, já depois no início da década de 1950, o segundo trecho contendo 270 metros foi realizado, além do primeiro armazém frigorífico, na época voltado a atividades pesqueiras. Em 1966 foi instalada a Junta Administrativa do Porto de Itajaí, subordinada ao Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis sendo considerado Porto Organizado, e em 1975, com a criação da Portobrás, o gerenciamento do terminal itajaiense passou a ser exercido pela Administração do Porto de Itajaí, diretamente vinculada à estatal, sendo extinta em 1990.



Denominada por Autarquia Municipal, foi criada pela Lei Municipal de Itajaí nº 2.970, em 16 de junho de 1995 – Foto: Arquivo SECOM/SPI.

16 DE JUNHO DE 1995

A Superintendência do Porto de Itajaí, na condição de Autoridade Portuária, é uma organização que integra a Administração Pública indireta do Poder Executivo Municipal de Itajaí e atua no modal aquaviário, como Autoridade Portuária sendo responsável pela gestão do Porto de Itajaí desde 16 de junho de 1995.

O Decreto de 24/08/1990, dispõe sobre a descentralização da administração dos portos, hidrovias e eclusas que menciona, e através dele o Ministério da Infraestrutura, por intermédio do Departamento Nacional de Transportes Aquaviários, foi

autorizado a descentralizar às sociedades de economia mista subsidiárias da Portobrás, mediante convênio e pelo prazo de um ano, a administração do Porto de Itajaí.

Posteriormente, comprovada a importância econômica e social do Porto de Itajaí para a comunidade, Estado e região, o município de Itajaí, com amplo apoio dos itajaienses, sindicatos, trabalhadores portuários, entidades de classe, Vereadores, Deputados Estaduais e Federais,



Senadores, entre outras lideranças, no ano de 1995 buscou-se junto à União a outorga de descentralização do Porto em favor do município.

Em resposta ao pleito, através do Convênio de Descentralização Administrativa celebrado entre a UNIÃO, por intermédio do Ministério dos Transportes, com interveniência da CODESP, e o Município de Itajaí, homologado pela Lei Municipal de 16/06/1995, o Porto de Itajaí passou a ser administrado provisoriamente, pelo município de Itajaí.

Essa descentralização provisória, acrescidas de prorrogações de prazos por aditivos, vigorou até 31/12/1997, quando a União consentiu em desvincular o Porto de Itajaí da CODESP e delegar sua gestão diretamente ao município de Itajaí, com início de vigência em 01 de janeiro de 1998, pelo prazo de 25 anos, prorrogável por igual período, para exercer as atribuições e jurisdição de Autoridade Portuária, por meio da Administradora Hidroviária Docas Catarinense (ADHOC), atualmente denominada Superintendência do Porto de Itajaí.

O Prefeito de Itajaí, Volnei Morastoni, faz uma breve retrospectiva durante estes 27 anos de atuação, sendo um porto regido pela alcunha de “Autoridade Portuária Público Municipal”, direcionada ao desenvolvimento portuário, no qual, envolve os investimentos aplicados e a sua importante relação Porto-Cidade: “Durante estes 27 anos, o Porto de Itajaí passou por grandes mudanças significativas em todos os setores e segmentos que incorporam a Autoridade Portuária. Desde que a administração e exploração do Porto de Itajaí foram delegadas ao município, tornou-se notória a agilidade no andamento dos projetos investidos, além de que, todas as obrigações atribuídas à Autoridade Portuária, foram realizadas, destacando a reestruturação administrativa, mantimento e reposição de equipamentos portuários, conservação dos bens patrimoniais, dentre outros. Certamente, a municipalização do nosso Porto, contribuiu para inúmeros fatores positivos, como a economia local e regional, fiscalização da Segurança da Navegação na entrada e saída de navios, gestão de problemas de tráfego na cidade, entre tantos outros fatores positivos. Com um número expressivo de avanços, conquistas e investimentos aplicados de forma eficiente, é evidente a necessidade de garantir a permanência de uma Gestão Portuária Pública e Municipal, visto que o Porto de Itajaí é um exemplo de sucesso no Brasil. A construção de uma relação tão sincera e transparente, como é a relação Porto Cidade, é motivo de orgulho para nós Itajaienses que lutamos juntos desde o início, pela permanência do nosso tão querido Porto”, destaca Volnei Morastoni.

Desde o início de suas atividades, o Porto de Itajaí apresenta números relevantes e expressivos em relação às suas operações e movimentações de cargas, custos portuários e volume de operações, sendo um porto de carga geral. Em 1992, superou pela primeira vez a marca de um milhão de toneladas embarcadas e desembarcadas no cais comercial. Em 2004, à época, foi registrada a movimentação de 5.713.943 toneladas, quando notoriamente houve um crescimento contínuo. Nos anos seguintes, instalaram-se novos terminais dentro do Porto Organizado, influenciando significativamente no aumento e número de operações, e, conseqüentemente agregando estatísticas positivas no Complexo Portuário.

Recentemente em 2021, o Porto de Itajaí atingiu um recorde histórico na sua movimentação alcançando a marca de 1,6 milhão de contêineres (16% de crescimento), com mais de 18 milhões de toneladas movimentadas (aumento de 21%), e mais de mil (1000) navios atracados, em comparação com o mesmo período de 2020.

No decorrer deste período de Municipalização, o Porto de Itajaí impulsionou o desenvolvimento econômico e social, através de investimentos estruturais, contratação de funcionários, projetos e ações internas e externas, em prol da evolução portuária como um todo. Neste período de municipalização, mais precisamente em 2020, Itajaí arrecadou para os cofres federais mais de R\$ 170 bilhões de reais, no qual, expandiu-se com recursos próprios, inclusive na manutenção dos serviços de dragagem.



Sobre as Obras de Reestruturação do Novo Acesso Aquaviário do Complexo Portuário de Itajaí, denominada por “Bacia de Evolução”, desde que foi assinado o Aditivo no valor de mais de R\$ 45 milhões, em 05 de junho de 2019, para concluir a primeira etapa, uma Draga escavadeira (Backhoe Simson), com capacidade de 34m³, operou 24 horas ininterruptamente com o objetivo de retirar pedras pesadas na região da bacia e molhe norte em paralelo aos serviços de dragagem no canal de acesso.

Iniciada em março de 2016, mediante contrato com o Governo do Estado, foram investidos nas obras da Bacia a ordem de R\$ 130 milhões. Para o início da segunda etapa das obras, a Superintendência já está em tratativas junto ao Ministério da Infraestrutura para viabilizar e licitar a obra orçada em R\$ 220 milhões. Este Aditivo de mais de R\$ 40 milhões permitiu a finalização da primeira etapa das obras da Bacia e será custeado pelo Município de Itajaí. Quando for concluída, a Bacia de Evolução vai permitir que a cidade receba navios de 336 a 400 metros de comprimento.

“São muitos os destaques que envolvem a evolução do Porto de Itajaí, mas posso afirmar que o aumento expressivo nas movimentações registradas neste período de municipalização, foi possível através do comprometimento da Autoridade Portuária de Itajaí, juntamente com a dedicação por parte dos servidores, que juntos fizeram acontecer grandes marcos para a nossa história. O amplo desenvolvimento operacional, demonstrou a capacidade de uma gestão pública e municipal, tornando-se exemplo para os demais portos Brasileiros, visto que, com apenas 1 km de cais, o nosso Porto opera de forma exuberante. No início de 2020 houve uma ação inédita no Brasil, sendo a primeira manobra realizada na área da nova Bacia de Evolução, realizada com sucesso, dessa forma, o Porto de Itajaí está avidamente preparado e equipado para receber navios maiores devido a conclusão desta obra, na qual, completou no dia 19 de maio deste ano, o marco de 900 giros. Acredito no enorme potencial da atividade portuária de Itajaí, e na sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social do nosso município, sendo comprovado diariamente no decorrer destes 27 anos”, acrescenta o Superintendente do Porto de Itajaí, Fábio da Veiga.

Movimentando mais de 26 mil contêineres por mês, tornou-se o segundo maior movimentador de contêineres do Brasil. Em 2020, foi o primeiro na movimentação de congelados e de acordo com dados estatísticos da FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, movimenta 5% da balança comercial do Brasil e mais de 70% da balança comercial de Santa Catarina. A atividade portuária destaca-se também, na qualidade e agilidade dos serviços nas movimentações de cais para as operações do sistema Roll On – Roll Off, iniciado em 09 de junho de 2018, entre outras operações.

O Porto de Itajaí concluiu em 2020, mais uma etapa de seu plano de expansão, ao iniciar as demolições de imóveis desapropriados na região portuária. Iniciado em outubro de 2018, o plano de extensão do espaço do complexo já contempla, no total, mais de 12 mil metros quadrados de área, com capacidade de armazenamento de até 1.700 TEUs (contêineres de 20 pés).

O Planejamento de expansão Portuária, visa aumentar a capacidade estática de 14.000 TEUs para 30.000 TEUs's, assim como no aprimoramento das tomadas Reefer, constituídas atualmente por 1.500, com planejamento para 3.000. A área portuária ocupa um espaço atual de 180 mil m², com a expansão ocuparia 308 mil m².

Mediante o relatório de estáticas enviados mensalmente para a Autoridade Portuária, durante o período de 1995 a 2020 houve um crescimento de 598% na movimentação de contêineres, e 391% na movimentação em tonelagem.

Quando o assunto é segurança e meio ambiente, também é uma referência nacional, pois o Porto de Itajaí está envolvido com Programas socioambientais como: Programa de Monitoramentos Ambientais, Iniciativa Verde, Segregação, Porto Saudável, Projeto Juntos Pelo Rio, e ainda projetos como: Escola no Porto, Porto em ação, Lçando Velas Para o Futuro e Projeto Somar. A



Autoridade Portuária adere também, a campanha Outubro Rosa e promove atividades especiais para servidores anualmente, assim como a participação contínua em cursos, treinamentos e simulados.

Dentre todas as suas premiações e reconhecimento em âmbito Nacional, destaque para certificação como empresa socialmente responsável, através do Selo Social entregue para as organizações que cumpriram os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, em 2019. No de ano de 2020, o Porto de Itajaí conquistou o Primeiro lugar no Índice de Desenvolvimento Ambiental pelo segundo ano consecutivo. O IDA avalia cerca de 31 portos públicos do Brasil, no qual o Porto de Itajaí se mantém entre os primeiros colocados desde suas primeiras edições, ainda no mesmo ano, o Porto de Itajaí garantiu destaque em duas categorias do prêmio Portos + Brasil. A premiação foi criada pelo Ministério da Infraestrutura (MINFRA) como forma de estimular a excelência na administração dos portos públicos brasileiros.

Ainda sobre a busca pela manutenção da Autoridade Portuária Pública Municipal, o Município de Itajaí, juntamente com a Superintendência do porto de Itajaí, criou em 03 de agosto de 2021, o Fórum Municipal de Defesa, objetivando a manutenção da autoridade portuária local, com a presença de autoridades, entidades de Classe e Sindicatos da mão de obra portuária, na qual continuam ativos neste processo de desestatização.

A 3ª Reunião de Trabalho do Fórum de Defesa da Autoridade Portuária Pública Municipal ocorreu na primeira semana de outubro, no auditório da sede da Superintendência, com a apresentação de Análise Técnica sobre a hipótese de Desestatização do Porto de Itajaí, desenvolvida através da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). O documento da Análise Técnica do Escritório de Projetos da Univali sobre a hipótese de Desestatização do Porto de Itajaí, foi estruturado com base nos principais aspectos da apresentação realizada pelo Governo Federal (Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários -SNPTA).

A apresentação enfatizou 11 questões para a melhor compreensão da problemática da transferência da Autoridade Portuária Pública para uma empresa privada. Os anexos apresentados enfatizam o histórico da movimentação de contêineres e cargas desde o início da municipalização, os gráficos e tabelas representaram o percentual significativo e constante de arrecadação do Complexo Portuário, que concluem que a melhor solução é a prorrogação do Convênio de Delegação para o Município de Itajaí.

Ao longo dos últimos dois anos, reuniões e debates estão sendo realizados com representantes do MINFRA, SNP, ANTAQ, entre outros órgãos federais, com o intuito de mostrar a necessidade de se manter o porto de Itajaí municipalizado, evidenciando até os dias atuais, de que tanto o Município de Itajaí, como a Superintendência, são favoráveis a privatização da parte operacional do porto, e, solicita que apenas a Autoridade Portuária permaneça de forma Pública e Municipal.

Desde que foi instituído o processo de municipalização, em 1995, através de convênio de descentralização administrativa, o Porto de Itajaí segue o modelo de gestão "Landlord Port", ou seja, as áreas permanecem com a União e as operações com a iniciativa privada. Este modelo é idêntico a alguns terminais portuários dos Estados Unidos e Europa.

Com base neste modelo de gestão, que foi e continua sendo um sucesso em diversos portos do mundo onde também utilizam este sistema, com a prorrogação do convênio de delegação, Itajaí continuará garantindo novas etapas de crescimento e desenvolvimento tanto para a sua cidade, para a sua população, assim como também para aqueles que atuam na atividade portuária.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 15/06/2022

COM LOCKDOWNS NA CHINA, MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA CAI NO BRASIL

Informações: CNN Brasil (15 de junho de 2022)



Navio é carregado com sacas de açúcar no porto de Santos, SP – Foto: REUTERS/Paulo Whitaker

A movimentação portuária de fretes cargueiros no Brasil caiu 3% entre janeiro e abril deste ano, em comparação com o mesmo período em 2021. O resultado foi fortemente impactado pelas medidas de lockdown adotadas na China desde o início de março.

Os dados fazem parte do levantamento mais recente da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), do governo federal.

Segundo os dados oficiais, a importação de produtos via frete marítimo registrou queda de 7,92%, enquanto a exportação caiu quase 3% no país. Também no Brasil, a cabotagem, que representa a navegação na costa, registrou queda. Em relação a 2021, esse serviço de transporte apresentou retração de 2,5%.

Apesar da queda da movimentação dos portos brasileiros, o volume de carga geral transportada subiu 26% no mesmo período. Foram mais de 23 milhões de toneladas carregadas deste modo entre janeiro e abril deste ano. A carga geral é uma modalidade marítima que difere de containers.

O transporte desse segmento normalmente é feito por sacas, caixas, fardos, tambores e engradados, e não sentiu o efeito do lockdown na China. Pelo contrário, a modalidade foi beneficiada pela paralisação nos portos chineses e pelo aumento do preço dos containers, que tiveram alta de custo em função do lockdown.

Um dos problemas atuais enfrentados no Brasil, causado pelo surto do vírus na China, é a escalada no custo do frete de navios cargueiros no país, sejam aqueles que pretendem atracar em portos brasileiros, quanto os que têm os portos asiáticos como destino final.

À CNN, o diretor presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Silva, confirmou que a paralisação de navios cargueiros na China gerou uma escassez de oferta global e, consequentemente, uma alta no preço dos fretes.

“Essa elevação no preço aconteceu. Navios que vinham da Ásia para cá e vice-versa não sabiam se iriam poder descarregar e seguir o percurso. Não saía e nem entrava container, praticamente, na China. E sem dúvidas que uma escassez gera um aumento [no custo]. Muitos produtos são fabricados no país asiático e esse fluxo não estava acontecendo, por causa da Covid-19?, salientou Jesualdo Silva.

No entanto, mesmo com as restrições impostas pelo lockdown para conter o avanço da Covid-19 na China, os portos do país asiático tiveram alta de 1,7% nos volumes de contêineres movimentados no período de janeiro a abril deste ano, segundo o Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave).

Até o dia 24 de maio, a movimentação de carga nos principais portos chineses aumentou 4,2% em relação ao mesmo período do mês anterior. O Centronave destaca, no entanto, que essa alta foi menor do que o esperado.

Em Xangai, o sistema de lockdown foi encerrado no primeiro dia de junho, após dois meses. O porto seguiu operando com capacidade reduzida e algumas operações foram redirecionadas ou postergadas.

Mesmo com a previsão de retorno das movimentações de contêineres para as próximas semanas, o Centronave ainda acredita que é prematuro prever quando ocorrerá a normalização de 100% da



cadeia logística na China e, portanto, das cadeias globais de produção e suprimento nos próximos meses.

“Embora a economia chinesa tenha sofrido com o lockdown, não houve fechamento total em algumas áreas produtivas do país. O resultado positivo podia ser maior, mas precisamos levar em consideração que parte das fábricas do país ficam fora da área urbana, onde as medidas foram mais rígidas. Os portos principais da China fecharam sim, mas outros alternativos continuaram funcionando”, explicou Coordenador do MBA em Gestão Financeira da FGV, Ricardo Teixeira.

Nota do Centro Nacional de Navegação Transatlântica

O Centro Nacional de Navegação Transatlântica – informa, no que diz respeito aos lockdowns que tem ocorrido na China desde março desse ano, que o maior impacto logístico observado até o momento teve origem nos bloqueios ao funcionamento e à fluidez da logística terrestre interna do país, notadamente no modal rodoviário.

Apesar dessas restrições, contudo, houve um aumento de 1,7% nos volumes de contêineres movimentados nos portos chineses no período de janeiro a abril de 2022 em relação ao ano anterior, alcançando 91 milhões de TEUs (unidade equivalente a 20 pés), dos quais 23,6 milhões somente em abril. Já em maio (até o dia 24), a movimentação de carga nos principais portos chineses aumentou 4,2% em relação ao mesmo período do mês anterior.

Desde março deste ano, como conhecido, as autoridades chinesas adotaram uma série de rigorosas medidas para controlar a nova onda de contágio de Covid-19, incluindo lockdowns em diversas cidades, entre as quais as portuárias. Mesmo assim, o porto de Xangai seguiu operando embora com capacidade reduzida, e algumas operações foram redirecionadas para outros portos como Ningbo-Zhoushan, ou postergadas.

Em Xangai as autoridades locais anunciaram recentemente um relaxamento das medidas de segurança. Centros comerciais reabriram com 50% de sua capacidade, algumas linhas de metrô começaram a operar e residentes de áreas classificadas como de baixo risco puderam sair de suas residências.

As condições de trabalho no “modelo de ciclo fechado”, em que os trabalhadores dormem no local de trabalho para evitar o risco de contaminação externa, permaneceram as mesmas. Com a reabertura do porto, o desafio local para os próximos dias e semanas será a normalização das movimentações de contêineres, pois até mesmo um reinício moderado dos volumes movimentados poderá levar a congestionamentos pontuais.

Embora os terminais de contêineres de Xangai, que permaneceu isolada por mais de dois meses, tenham permanecido operacionais, o bloqueio do transporte terrestre levou a um acúmulo de mercadorias em fábricas e centros de distribuição da cidade da ordem de 260.000 TEUs.

O funcionamento pleno do porto dependerá da superação dos desafios que o modal rodoviário ainda enfrenta, pois as restrições dos lockdowns e a falta de motoristas e veículos continuam dificultando a entrega de mercadorias de e para o porto. Mesmo com a reabertura, as autoridades chinesas seguem recomendando o uso do porto de Ningbo-Zhoushan.

Tianjin é, agora, a mais recente grande cidade portuária chinesa a entrar em lockdown. Nela está localizado o porto de Tianjin – o 9º de maior movimentação do mundo e o 6º da China, operando 18,3 milhões de TEUs por ano.

É conhecido como a porta de entrada para Pequim e é também um ponto crítico da conexão marítimo-ferroviária com a Europa. Espera-se que as operações sendo gradativamente normalizadas em outros portos diminuam os possíveis impactos dos bloqueios em Tianjin.

Ainda é prematuro prever quando ocorrerá a normalização de 100% da cadeia logística na China e, portanto, das cadeias globais de produção e suprimento nos próximos meses.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 15/06/2022

CDRJ REALIZA SEMANA DO MEIO AMBIENTE

Informações: CDRJ (15 de junho de 2022)



Foto: CDRJ

Entre os dias 06 e 11 de junho, a Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), Autoridade Portuária que administra os portos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis, promoveu diversas palestras em comemoração à Semana do Meio Ambiente. Além das palestras, a Companhia também organizou uma ação social voltada para os pescadores artesanais que atuam na Baía de Guanabara.

Durante os eventos os empregados, estagiários, terceirizados e público externo de outros órgãos como Polícia Federal e Instituto Nacional de Tecnologia (INT) assistiram palestras com temas voltados para os aspectos da Sustentabilidade, relacionados à portos e terminais portuários. O destaque foi a palestra “Tecnologia e Desafios do Século XXI”, feita pelo Dr. Newton Narciso Pereira que mostrou exemplos e os desafios do setor marítimo e portuário para reduzir a emissão de gases de efeito estufa. Humanismo nas ações em prol das pessoas e do meio ambiente; Oficina de metas baseada nos ODS e; Direitos das mulheres na sociedade brasileira e o empoderamento feminino no século XXI, foram outros temas abordados ao longo da semana.

No dia 08 de junho, data em que se comemora o Dia Mundial dos Oceanos, a programação foi marcada com uma palestra especial sobre o projeto da CDRJ para implantação do VTMS (sigla inglesa para Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações) e seu Subsistema de Monitoramento Ambiental. Na apresentação, o gestor de VTMS da Docas do Rio, Marcelo Villas-Bôas, apresentou o Subsistema de Monitoramento Ambiental que será utilizado na Baía de Guanabara e destacou a importância e os benefícios de segurança à navegação que o VTMS proporciona, trazendo inúmeros ganhos relacionados ao meio ambiente.

A Semana do Meio Ambiente encerrou com a ação social voltada para os pescadores artesanais. A ação conjunta, liderada pela Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, aconteceu no dia 11 de junho, Data Magna da Marinha, no Posto Golfinho, localizado na Baía de Guanabara e mostrou sinergia e engajamento entre diversos órgãos públicos e privados, com o interesse comum na regularização gratuita dos pescadores artesanais e no ordenamento do tráfego aquaviário, segurança da navegação e salvaguarda da vida humana no mar, de forma a demonstrar à comunidade pesqueira do entorno da Baía de Guanabara o apoio e o papel das Autoridades competentes.

Durante a ação, 46 embarcações foram atendidas e receberam diversos serviços como vistoria técnica e levantamento de dados para emissão de documentos de regularização por Engenheiros Navais; recolhimento de documentos para viabilizar o registro das embarcações; cadastro dos pescadores; avaliação de carteiras dos pescadores; palestras e orientações individuais e coletivas de segurança na navegação. Além dos serviços oferecidos, os pescadores receberam doações de isopores térmicos, coletes e boias salva-vidas, lanternas para navegação noturna e cartilhas com orientações de segurança na navegação e pesca consciente. Estiveram presentes no evento representantes da Capitania dos Portos, CDRJ, SEAS, INEA, Abani, AirSea Logistics, AWS Services, Camorim Serviços Marítimos, Cosan, DELIMA, Dialcar Serviços Marítimos, EquipeMar, GeoBio Soluções Ambientais, Sindoperj, Triunfo Logística, ICTSI Rio Brasil, Multiterminais,



Norbudrone, OceanBoat Serviços Marítimos, Jarle Company, Posto Golfinho, Refit, Renave, Praticagem RJ, SindaRio, Shipping Consultoria, Ulysses Apoio e Wilson Sons.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 15/06/2022



JORNAL O GLOBO – RJ

AFETADOS COM PERDA DE RECEITA, PREFEITOS DIZEM QUE VÃO 'MONITORAR' PREÇOS NOS POSTOS APÓS APROVAÇÃO DE LIMITE PARA O ICMS

'Convocação' foi feita por Confederação Nacional dos Municípios (CNM), que estima queda de R\$ 80 bi na arrecadação de estados e cidades

Por Gabriel Shinohara — Brasília

Afetados com perda de receita, prefeitos dizem que vão 'monitorar' preços nos postos após aprovação de limite para o ICMS. CNM alega que a perda pesa 'excessivamente' sobre os municípios. Lucas Tavares

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) informou nesta quarta-feira que convocou os gestores municipais a monitorarem os preços de combustíveis nos postos depois da aprovação do projeto que colocou um teto de 17% na cobrança do ICMS sobre combustíveis, energia, telecomunicações e transporte coletivo.

O texto aprovado pelos deputados nesta quarta-feira seguiu para sanção presidencial e é considerado prioridade para o governo de Jair Bolsonaro. Em ano eleitoral, o projeto é visto como uma oportunidade para baixar os preços dos combustíveis que pressionam a inflação.

Em nota assinada pelo presidente do CNM, Paulo Ziulkoski, a entidade destaca que o projeto trará “pequena repercussão” no preço dos combustíveis

“A fim de verificar se essa redução de fato chegará à população brasileira, a CNM convocou os gestores municipais a monitorarem os preços praticados nos postos antes e depois da mudança da alíquota. Afinal, quem vai pagar a conta? A ação vai confirmar se foi a população mais pobre do país quem novamente pagou a conta às custas de uma medida eleitoreira”, diz o texto.

A esperança do governo é que a limitação da alíquota de ICMS possa dar um alívio no preço dos combustíveis às vésperas das eleições.

Ainda na nota, o CNM calcula uma perda de R\$ 80 bilhões anuais para os estados e municípios e chamou a retirada do mecanismo de compensação do texto de “ato extremo” de irresponsabilidade fiscal e social.

“O texto aprovado retirou mecanismo que propiciaria alguma compensação, na medida em que o efeito da alta inflação sobre a receita de ICMS vai mascarar a perda real provocada pela queda das alíquotas”, apontou.

A entidade ainda ressalta que a perda pesa “excessivamente” sobre os municípios e que a União está lucrando com royalties e dividendos da Petrobras.

Repasse depende de renovação de estoques

O setor de combustíveis apoia as medidas, mas defende que o repasse não será imediato, já que as distribuidoras têm estoques comprados com alíquotas anteriores.

"Uma vez feita a confirmação das novas alíquotas em cada estado, inferiores às atuais na grande maioria dos casos, uma nova redução de preços chegará aos consumidores, quando os estoques igualmente tiverem sido renovados", diz, em nota, o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP).

Setor de telecomunicações comemora

Para a Conexis Brasil Digital, entidade que representa as empresas de telecomunicações, a aprovação do projeto representa "grande conquista" para um cenário de carga tributária "mais justa e "racional".

"Hoje quase metade da conta de telecom é de impostos e o tributo que mais pesa é o ICMS. De 33% a 54% do valor da conta é de ICMS a depender da alíquota do Estado. Reduzir a carga tributária do setor é essencial para ampliar investimentos e ampliar a conectividade no Brasil", diz a nota.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 15/06/2022

CÂMARA APROVA PROJETO QUE LIMITA ICMS DOS COMBUSTÍVEIS E TEXTO VAI PARA SANÇÃO DE BOLSONARO

Deputados concluíram votação de proposta que tenta reduzir preço dos produtos
Por *Manoel Ventura* — *Brasília*



Câmara aprova projeto que limita ICMS dos combustíveis e texto vai para sanção de Bolsonaro Deputados deliberam sobre projeto que limita ICMS Paulo Sérgio/Câmara dos Deputados

vai para sanção do presidente Jair Bolsonaro.

A Câmara dos Deputados concluiu nesta quarta-feira a votação do projeto de lei que cria um teto para o ICMS que incide sobre combustíveis, energia, telecomunicações e transporte coletivo. O objetivo é limitar o imposto, o mais importante dos estados, a 17% para estes setores, classificando-os como produtos essenciais. Já aprovado no Senado, o texto

Nesta quarta, os deputados precisaram votar o texto mais uma vez. Na nova votação, o projeto foi aprovado por 307 votos a favor e 1 contrário.

A nova votação ocorreu porque houve uma instabilidade no sistema do painel eletrônico do Plenário da Câmara dos Deputados. O presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), então declarou nula as votações e marcou uma nova análise para esta manhã.

Com o apoio de Lira, o texto foi aprovado dois dias depois de o Senado analisar a proposta. O presidente da Câmara agradeceu os deputados pelo resultado e disse aos governadores que o projeto não é contra eles.

— Deixar claro para os governadores que a nossa luta não é nós contra eles e eles contra nós. É todos a favor da população brasileira que sofre nesse momento pós pandemia com dificuldades estruturais de inflação, não geradas por problemas nacionais e sim por consequências de uma pandemia e por fatores internacionais, como por exemplo, uma guerra entre dois países, um maior produtor de alimentos da Europa e outro maior refinaria e produtor de energia da Europa. É claro que essa crise chegaria a todos os países como chegou ao Brasil — disse Lira.

Prioridade



A iniciativa começou a tramitar na Câmara, onde foi aprovada no dia 25 de maio, mas foi modificada pelo Senado. Agora, o texto voltou a ser alterado pelos deputados em alguns pontos.

Prioridade do governo Jair Bolsonaro (PL) em ano eleitoral, o projeto é o principal trunfo do Palácio do Planalto para baixar os preços dos combustíveis. Hoje, há casos de alíquotas de 34% do ICMS em alguns destes produtos.

Com o limite menor, a expectativa do governo é que isso possa dar um alívio na inflação às vésperas do pleito. Não há, contudo, garantia de que esses efeitos serão sentidos no bolso dos consumidores.

O projeto limita o ICMS cobrado sobre energia elétrica, combustíveis, gás e transporte público, ao classificá-los como bens essenciais. Uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu que bens essenciais têm imposto limitado a 17% (ou 18% em alguns estados).

A proposta tem recebido críticas de estados e municípios, que estimam uma perda de arrecadação de até R\$ 83 bilhões, com potencial de comprometer políticas e serviços públicos em áreas como saúde e de educação.

Na tentativa de mitigar as resistências dos governadores, senadores e deputados aprovaram um dispositivo que prevê que, em caso de perda de arrecadação provocadas pelo teto do ICMS, a União deverá compensar os estados e municípios para que os pisos constitucionais da saúde, da educação e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) tenham os mesmos níveis de recursos que tinham antes da entrada em vigor da lei resultante do projeto.

Além disso, está prevista uma compensação pela União de estados endividados que tiverem perda de arrecadação, por meio de dedução do valor das parcelas dos contratos de dívida dos entes. Neste caso, a perda com a arrecadação de 2022 deve ser maior que 5% em relação ao arrecadado com este tributo em 2021.

Perda deve considerar o ICMS global

O relator do projeto no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), havia incluído uma mudança para estabelecer que esse gatilho se referisse apenas à perda de arrecadação com os bens e serviços previstos no projeto, ou seja, combustíveis, gás natural, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo. Essa era uma reivindicação dos estados porque a alteração facilitaria o acionamento do gatilho.

Contudo, na Câmara foi retomada a previsão de que a perda deve considerar o ICMS global, isto é, em cima de todos os bens e serviços.

Outra mudança feita pelos senadores e rejeitada pelos deputados previa que essa comparação de perdas fosse corrigida pela inflação (IPCA). O dispositivo foi retirado na Câmara. Dessa forma, a tendência é que os estados não sejam sequer compensados, já que a arrecadação cresceu nos últimos meses.

Outras medidas

O projeto também zera o PIS/Cofins e a Cide, que são tributos federais, incidentes sobre a gasolina, até 31 de dezembro deste ano. Hoje, esses impostos somam R\$ 0,69.

O governo também aposta em outra proposta, ainda não aprovada, para baratear reduzir ainda mais os impostos. Uma Proposta de Emenda à Constituição compensa os estados para zerarem o ICMS sobre o óleo diesel e sobre o gás a zero. Os estados, porém, só serão compensados pela parcela de 17% a zero.

Ao todo, as propostas vão custar R\$ 46,4 bilhões aos cofres do governo federal neste ano (entre a compensação aos estados e redução do imposto sobre a gasolina).

Ao longo da crise dos combustíveis, Bolsonaro fez repetidas críticas aos reajustes de combustíveis, culpando a Petrobras — embora controlada por seu governo — e os governadores.

A redução do preço dos combustíveis é uma obsessão de Bolsonaro, que ganhou o endosso do Congresso. A ala política do governo identifica o aumento dos preços de combustíveis como um ponto-chave que precisa ser resolvido para que o presidente volte a ganhar popularidade.

Diesel

A proposta também altera o dispositivo de uma lei aprovada pelo Congresso no início deste ano que criou uma nova fórmula de cálculo do ICMS sobre os .

Essa lei definiu que, enquanto os estados não definissem alíquotas uniformes do ICMS para o óleo diesel, a base de cálculo para a cobrança do imposto seria, até 31 de dezembro de 2022, a média do preço cobrado ao consumidor nos últimos cinco anos. Isso teria um impacto de R\$ 0,27 no combustível.

Governadores avaliaram que a média representaria uma perda maior de arrecadação do que a fixação de uma alíquota única e agilizaram a regulamentação da taxa uniforme. O valor estabelecido foi de R\$ 1,006 por litro de óleo diesel S10, o mais usado no país.

No entanto, o projeto aprovado nesta quarta-feira obriga estados e Distrito Federal a adotarem como base de cálculo do ICMS nas operações sobre o diesel, até dezembro de 2022, a média móvel dos preços praticados ao consumidor final nos 5 anos anteriores.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 15/06/2022

'É PRECISO CRIAR INCENTIVO ECONÔMICO À RECICLAGEM', DIZ EX-SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA

Engenheiro florestal Virgílio Viana diz que é preciso ter uma política de gestão de resíduos mais agressiva e criar uma lógica tributária que estimule o reaproveitamento de materiais

Por Eliane Sobral, Especial para o Prática ESG — São Paulo



'É preciso criar incentivo econômico à reciclagem', diz ex-secretário de Meio Ambiente da Amazônia Virgílio Viana, da Fundação Dom Cabral Divulgação

O engenheiro florestal Virgílio Viana, tem um currículo tão extenso quanto o trabalho que realiza há anos pelo desenvolvimento sustentável da Amazônia. Foi durante sua gestão como Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, entre 2002 e 2008, que foram instaurados 12 milhões de hectares de unidades de conservação, com redução de 60% do desmatamento na floresta.

Atualmente, além das aulas que ministra como professor associado da Fundação Dom Cabral e livre docente na Esalq/USP, Viana está à frente da Fundação Amazônia Sustentável, como superintendente geral. No início deste ano, também passou a integrar a Pontifícia Academia das Ciências Sociais do Vaticano, nomeado pelo Papa Francisco. Em trânsito entre Belo Horizonte e Manaus, Viana concedeu a seguinte entrevista:



O senhor foi nomeado diretamente pelo Papa Francisco e é o único brasileiro a integrar a Academia do Vaticano. Qual será seu papel lá?

Primeiro, é preciso que se diga que fiquei extremamente honrado com o convite. O Papa Francisco tem sido uma liderança de relevância global em muitas direções, especialmente sobre a preservação ambiental, das comunidades indígenas, ribeirinhas. O meu papel é manter a Academia informada sobre as condições de preservação ambiental na região.

E quais são as condições atuais, especialmente no que diz respeito à reciclagem?

Nós atuamos tanto na agenda urbana quanto na rural e toda atividade que envolve a coleta de resíduos e reciclagem faz parte do nosso escopo também. Nós temos um trabalho de apoio à reciclagem em Manaus e também nas comunidades rurais, que é uma iniciativa pioneira e também um tremendo desafio.

Por questões de logística e infraestrutura?

Sim, mas não só. Porque nas cidades, o transporte é feito pelas ruas, avenidas e rodovias. Na Amazônia profunda, o meio de transporte são os barcos. Não existe rua, existe rio. Mas não deixamos de encontrar solução. E a coleta é feita assim, de barco. Mas há também as questões culturais que trouxeram imenso impacto.

Qual mudança cultural foi preciso implementar?

Até pouco tempo atrás, não existia embalagem. A pessoa comia uma banana e jogava a casca no chão e alguém comia, uma galinha, uma minhoca. Agora não. Agora tem embalagem de salgadinho, garrafa PET. Então, na minha opinião, temos muitos avanços, mas temos enormes desafios.

Quais as dificuldades? No engajamento da população ou em políticas públicas?

Temos que ter uma política de gestão de resíduos muito mais agressiva do que a que temos hoje. Começa pela embalagem PET. Eu defendo já há muito tempo que tenha uma taxa de dez centavos, como tem na Alemanha e em vários outros países, sobre algumas embalagens. Por que não tem latinha em lugar nenhum? Porque criou-se uma viabilidade econômica em torno do alumínio. A gente tem que fazer isso com outros tipos de resíduos. Tem que ter uma lógica tributária capaz de criar um incentivo econômico para a reciclagem. Essa atividade, da reciclagem, é capaz de envolver a base da pirâmide.

Qual seria o caminho para este envolvimento?

Com políticas que incentivem essa atividade e a melhor remuneração dos catadores, por exemplo. Porque quem está nesta atividade hoje é a base da pirâmide socioeconômica, são as pessoas mais pobres.

Como tem sido o trabalho envolvendo as comunidades indígenas?

Começou na comunidade Três Unidos, do povo Kambeba, que fica às margens do Rio Negro, há cinco ou seis anos. O projeto que conta com o apoio da TetraPak, uma das nossas parceiras, é com resíduos sólidos. Mas era muito cara a logística para trazer para a cidade. Conseguimos implantar uma unidade recicladora lá mesmo e, agora, temos um barquinho que faz a coleta de vários materiais. Por isso, é preciso ver se as políticas públicas se adequam às realidades que temos no Brasil. Normalmente, elas não se adequam.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 15/06/2022

ICMS: CÂMARA MUDA FORMA DE REPASSE EM PROJETO E ESTADOS DIZEM QUE VÃO FICAR SEM RECURSOS DA UNIÃO

Deputados concluem votação e texto que faz parte de pacote para reduzir preço dos combustíveis segue para sanção do presidente

Por Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

A decisão da Câmara de derrubar ontem a forma de cálculo da perda de receita com a queda do ICMS de combustíveis, energia elétrica, transporte público e telecomunicações para acionamento do gatilho de compensação pode significar nenhum centavo de repasse adicional aos Estados.

A compensação está prevista em projeto que tramita no Congresso e faz parte do pacote do governo e de aliados para reduzir o preço dos combustíveis em ano de eleições. O projeto já passou por duas votações (Câmara e Senado) e, agora, uma última acontece na Câmara. A votação de ontem foi refeita hoje por problemas técnicos. O placar foi de 307 favoráveis e 1 contrário. Os destaques (sugestões de mudanças ao texto-base) foram rejeitados e o texto segue agora para sanção do presidente Jair Bolsonaro.



Câmara derruba cálculo de compensação em projeto de teto do ICMS e Estados dizem que podem ficar sem nenhum repasse da União Foto: Denis Ferreira Netto/ Estadão

Enquanto no modelo votado pelo Senado os Estados poderiam recuperar cerca de 80% das perdas, o texto-base aprovado ontem à noite pela Câmara pode levar à situação em que o gatilho não seja, na prática, acionado.

Na votação de ontem da Câmara, os deputados retornaram ao texto original, sem considerar a mudança feita pelos

senadores depois de negociação com os secretários de Fazenda dos Estados.

Na votação do Senado, o gatilho para o governo compensar os Estados seria acionado quando houvesse queda real superior a 5% somente na arrecadação com combustíveis, energia elétrica, telecomunicações e transporte público.

No texto-base aprovado ontem, o gatilho dispara com a perda para todo ICMS e sem corrigir a receita passada pela inflação. É que outra mudança feita pelos senadores e rejeitada pelos deputados previa que a compensação das perdas fosse corrigida pelo IPCA, o indicador oficial. O dispositivo foi retirado na Câmara.

O que deve acontecer, segundo avaliação dos Estados, é que o crescimento nominal das receitas com a tributação de outros setores (influenciado pela alta inflação) anulará a queda de receita nos quatro itens que terão o ICMS reduzido.

Cálculos obtidos pelo Estadão e que circulam no Congresso apontam que a fórmula encontrada pelo Senado garante cerca de R\$ 33 bilhões de compensação até o final deste ano, sem considerar o impacto no diesel. Para esse produto, o governo vai compensar a desoneração a zero por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que ainda precisa ser aprovada pelo Congresso com custo de quase R\$ 30 bilhões.

Pelos cálculos dos Estados, a perda de arrecadação é de R\$ 41 bilhões em 2022 e de R\$ 82,6 bilhões em 12 meses com a alteração do ICMS.

Como mostrou o Estadão no sábado, a negociação do gatilho em separado pelos Estados deu certo alívio aos Estados. Mas o autor do projeto, deputado Danilo Forte (União-CE), criticou a mudança pelo Senado e antecipou ao Estadão ontem que a Câmara mudaria o texto original na última votação.

Durante as negociações no Senado, os Estados manifestaram ao presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), receio de que as mudanças negociadas acabassem não prevalecendo na Câmara comandada por Arthur Lira (Progressistas-AL), principal aliado do governo, ou mais tarde fossem vetadas pelo presidente Jair Bolsonaro. Eles receberam uma sinalização política de que, o caso o presidente vetasse os pontos centrais, o veto seria derrubado.

Nos bastidores, o clima com os Estados azedou de vez já que a compensação foi acordada com os senadores. Eles falam em “estelionato eleitoral” e quebra do chamado Pacto Federativo, que trata do conjunto de dispositivos constitucionais que configuram a moldura jurídica, as obrigações financeiras e arrecadação de recurso entre União, Estados e municípios.

Aliados do governo, no entanto, reclamam que os Estados descumpriram lei aprovada pelo Congresso para reduzir o ICMS do diesel. Foi esse briga, que foi parar ao Supremo Tribunal Federal (STF), que deflagrou a aprovação do projeto que trata combustíveis, energia, transporte público e telecomunicações como essenciais e, portanto, não podem ser taxadas com alíquotas mais altas.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 15/06/2022

INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CRIOU 72 MIL EMPREGOS E TEVE 6.732 NOVAS EMPRESAS NO 1º ANO DA PANDEMIA

Levantamento do IBGE aponta 131.809 empresas ativas em 2020, recorde na série histórica iniciada em 2007

Por Daniela Amorim, O Estado de S.Paulo

RIO - A recuperação do setor de construção, após anos de perdas, não foi interrompida pelo choque provocado pela chegada da pandemia de covid-19. Em 2020, a indústria da construção tinha 131.809 empresas ativas, 6.732 companhias a mais que em 2019. O resultado representa um recorde na série histórica iniciada em 2007 da Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC), divulgada nesta quarta-feira, 15, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No ano de 2020, a indústria de construção empregava 1,978 milhão de pessoas, o equivalente a 72 mil trabalhadores a mais contratados em relação a 2019, alta de 3,8% no pessoal ocupado no setor. Apesar da melhora, o resultado ainda significa praticamente um milhão de vagas aquém do auge da ocupação, em 2013, quando o setor empregava 2,968 milhões de trabalhadores.



No ano de 2020, a indústria de construção empregava 1,978 milhão de pessoas, o equivalente a 72 mil trabalhadores a mais contratados em relação a 2019, alta de 3,8% Foto: Sergio Neves/Estadão

Em 2020, o setor pagou R\$ 58,7 bilhões em salários e outras remunerações no ano, um aumento real de somente 0,2% em relação a 2019. O salário médio do trabalhador do setor caiu a apenas 2,2 salários mínimos, patamar mais baixo da série iniciada em 2007.

Segundo Marcelo Miranda Freire de Melo, analista da pesquisa do IBGE, a pandemia de covid-19 "não teve grandes impactos negativos no setor de construção" no que se refere ao número de empregados e ao desempenho das vendas de materiais de construção, que cresceram em relação a 2019. Houve decretos municipais, estaduais e federais incluindo a construção entre as atividades essenciais, ou seja, o setor teve a permissão de permanecer funcionando mesmo nos piores momentos da crise sanitária.

"Além disso, os auxílios governamentais também de certa forma ajudaram a manutenção dos resultados", disse Melo. "A demanda também ajudou, e a cadeia de abastecimento (de materiais de construção) foi pouco afetada", completou.

A indústria da construção movimentou R\$ 325,1 bilhões em 2020, sendo R\$ 304,4 bilhões em obras e/ou serviços e R\$ 20,7 bilhões em incorporações.

O setor público teve a menor participação da série histórica da pesquisa no valor das obras e serviços da construção, apenas 29,8% em 2020, ante uma demanda de 70,2% do setor privado.

No segmento de obras de infraestrutura, metade (50,0%) do valor movimentado foi demanda pública, o restante foi contratação do setor privado. Na construção de edifícios, a demanda governamental foi a menor já vista na pesquisa, apenas 18,0%, ante uma fatia de 82,0% do setor privado. Nos serviços especializados para construção, 20,6% foram contratação pública e 79,4%, privada.

A contribuição do setor público no montante movimentado pela indústria da Construção como um todo encolheu 11,6 pontos percentuais em uma década (a participação saiu de 41,4% em 2010 para 29,8% em 2020). Nas Obras de infraestrutura, a queda foi de 9,7 pontos percentuais (de 59,7% para 50,0% no período).

Enquanto ocorria o enxugamento da demanda de governos, as obras de infraestrutura perdiam, ao mesmo tempo, bastante espaço na indústria de construção. No ano de 2020, 32,7% do valor de incorporações, obras e serviços da construção vinham do segmento de infraestrutura, ante uma participação de 41,7% em 2011. A construção de edifícios, que tem predomínio histórico de demanda privada, cresceu de uma fatia de 39,9% do valor movimentado em 2011 para 45,3% em 2020, enquanto a participação do segmento de serviços especializados para a construção subiu de 18,5% para 22,0% no período.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 15/06/2022

ECONÔMICO
Valor

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

CONSELHO DO PPI RECOMENDA A PRIVATIZAÇÃO DA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS



Ligada ao Ministério da Infraestrutura, a Autoridade Portuária de Santos é uma empresa pública de capital fechado responsável pela gestão e fiscalização das instalações portuárias e das infraestruturas públicas no Porto de Santos
Por Agência Brasil — São Luís

Porto de Santos — Foto: Divulgação/Ministério da Infraestrutura

O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do governo federal recomendou a inclusão da Autoridade Portuária de Santos, antiga Companhia Docas do Estado de São Paulo, no programa de privatização. A decisão foi publicada nesta terça-feira (14) no "Diário Oficial da União" (DOU).

Ligada ao Ministério da Infraestrutura, a Autoridade Portuária de Santos é uma empresa pública de capital fechado responsável pela gestão e fiscalização das instalações portuárias e das infraestruturas públicas no Porto de Santos, maior porto da América Latina.

Segundo a empresa, o porto é responsável por, no mínimo, 25% do comércio exterior brasileiro. A resolução do PPI diz que a concessão dos serviços portuários deve ocorrer "de forma associada à transferência do controle acionário" da companhia.

O conselho do PPI também recomendou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) seja designado como o responsável pela execução e pelo acompanhamento das medidas de privatização.

Antes do início dos estudos, a decisão do PPI será submetida ao presidente da República, Jair Bolsonaro, que poderá determinar ou não a inclusão da empresa no Programa Nacional de Desestatização (PND).

O processo de estudos técnicos será acompanhado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), que vai examinar, ainda no âmbito de sua competência, a minuta do contrato de concessão do serviço portuário.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 15/06/2022

CÂMARA APROVA IMPLEMENTAÇÃO DE "MINI CPI" PARA INVESTIGAR ALTA DOS FERTILIZANTES

Serão ouvidos representantes de produtores, indústrias e governo

Por Rafael Walendorff, Valor — Brasília



Desembarque de fertilizantes no porto de Paranaguá (PR) — Foto: Portos do Paraná/divulgação

A Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados aprovou a implementação da Proposta de Fiscalização e Controle (PFC) para investigar o aumento dos preços dos fertilizantes no Brasil. A "mini CPI" vai promover audiência pública com representantes de produtores, indústria de insumos e governo e realizar diligências para averiguar se há irregularidades na

venda desses produtos aos agricultores.

"O que estamos assistindo em termos de aumento dos preços dos fertilizantes e insumos essenciais para a produção agrícola tem indícios graves de crime", disse o autor do PFC, deputado Domingos Sávio (PL-MG). Segundo ele, apesar das crises globais e da desvalorização do real, "nada justifica" os aumentos de preços dos adubos. "O potássio teve aumento de 400%", disse.

O parlamentar disse que a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) buscou ouvir representantes da indústria de fertilizantes, mas não obteve retorno.

A ex-ministra da Agricultura e deputada federal Tereza Cristina (PP-MS) disse que a iniciativa é "super necessária e urgente", pois os fertilizantes são os vilões dos custos de produção atualmente. "Precisamos verificar os altos custos. No Canadá, os preços já caíram 30%, mas aqui no Brasil preço vai para cima e não volta", disse durante a votação da proposta de implementação.

Tereza Cristina afirmou ainda que, mesmo com a guerra, alguns países começaram a negociar "quietamente" fertilizantes com a Rússia.

Indústria reage

Procurada pelo Valor, a Associação Nacional para a Difusão de Adubos (Anda) informou que, desde o início da crise no abastecimento mundial, tem mantido contato frequente com o governo para informá-lo sobre os impactos da guerra na Ucrânia na alta dos insumos.

"A Anda também vem se esforçando para manter todos os agentes (públicos e privados) bem informados sobre as dificuldades e desafios do setor. Ressalta, agora e sempre, que os preços de fertilizantes são ditados pelo mercado internacional, pela oferta e demanda mundial, uma vez que importamos mais de 85% do que consumimos e que o cenário foi altamente impactado pelo advento das chamadas sanções internacionais, bem como pelo aumento no preço dos grãos", informou a entidade, em nota enviada ao Valor.

A entidade reiterou, ainda, que "segue empenhada" em garantir o abastecimento do mercado interno em tempos adversos marcados por "pandemia, incertezas geopolíticas, crise energética, alta da inflação e a desvalorização do real frente ao dólar". E afirmou que "anseia e contribui" para a ampliação da produção nacional e que apoia o Plano Nacional de Fertilizantes lançado pelo governo, que tem objetivo reduzir a dependência do país de adubos importados.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 15/06/2022

SHELL BRASIL: QUEREMOS TER UM PÉ FORTE EM TODAS AS RENOVÁVEIS, DIZ PRESIDENTE

"A eólica offshore está numa posição de definição do marco legal. Entendemos que temos a contribuir, engajar com as experiências de fora do Brasil, de definição do modelo de leilões", afirmou Araújo

Por Gabriela Ruddy, Valor — Rio

André Araujo, presidente da Shell Brasil — Foto: Fernando Souza/Shell



O presidente da Shell Brasil, André Araújo, disse que a empresa tem interesse em olhar para ativos em todos os segmentos de energia renovável presentes no Brasil, como solar e eólica terrestre e marítima (offshore). Segundo ele, a companhia avalia alternativas para aquisições e fusões em renováveis.

"Queremos ter um pé forte em todas elas", disse a jornalistas em evento sobre a geração de energia eólica marítima no Rio, hoje.

Este ano, a petroleira iniciou pedidos de licenciamento ambiental junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (Ibama) para geração de energia eólica



offshore em seis áreas, nos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Os seis projetos, juntos, terão capacidade instalada de 17 gigawatts (GW). Hoje, o Brasil ainda não tem eólicas offshore e o marco legal para o segmento está em discussão.

“A eólica offshore está numa posição de definição do marco legal. Entendemos que temos a contribuir, engajar com as experiências de fora do Brasil, de definição do modelo de leilões”, afirmou Araújo.

O executivo disse que acredita que ainda vai levar pelo menos mais oito anos até que o Brasil tenha projetos de geração de energia offshore em operação. Ele apontou que, apesar de diversas empresas já terem iniciado processos de licenciamento ambiental para esse tipo de projeto, os processos só devem avançar depois que as regras para esse segmento estiverem definidas.

“O modelo regulatório é a base, mas é importante lembrar que ‘o diabo mora nos detalhes’. É preciso entender como funciona a cadeia de fornecedores, como está a infraestrutura portuária e como essas demandas vão ser definidas”, afirmou.

Araújo ressaltou que o país poderá desenvolver uma cadeia de suprimentos para o segmento de eólicas offshore. “Já sabemos em relação ao conteúdo local aquilo que funciona ou não”, disse durante participação no evento.

O executivo disse ainda que o crescimento na área de comercialização de energia elétrica faz parte da estratégia da companhia para a transição para uma economia de baixo carbono no país. Nesse sentido, ele defendeu a aprovação do projeto de lei (PL) 414/2021. O projeto prevê a abertura do mercado livre, no qual os clientes podem escolher os fornecedores. Hoje, essa opção é restrita a grandes consumidores de energia.

“Para nós, é importante a aprovação do projeto de lei, que traz um conforto jurídico. Somos favoráveis ao último texto que foi publicado no que se refere à abertura do mercado livre. Achamos que será uma mola propulsora de crescimento”, disse.

O executivo também defendeu a aprovação de um projeto de lei a respeito do mercado de carbono no Brasil. No mês passado, o governo federal publicou um decreto criando esse mercado no país.

“É sempre bom ter um marco legal sólido para evitar judicializações. Uma discussão importante é sobre a qualidade de carbono”, afirmou.

Ele lembrou ainda que uma das chaves para que o Brasil reduza as emissões de carbono é reduzir o desmatamento ilegal.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 15/06/2022



AGÊNCIA BRASIL - DF

GOVERNO SOMA R\$ 100 BI EM CONTRATOS DE PRIVATIZAÇÕES, DIZ MINISTRO

Intenção é chegar a R\$ 200 bilhões até o fim de 2022

Por Bruno Bocchini - Repórter da Agência Brasil - São Paulo

O ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, disse hoje (14) que o governo federal pretende, até o final de 2022, por meio do programa de concessões de infraestrutura de transportes, chegar a

R\$ 200 bilhões em contratos de investimentos da iniciativa privada. De acordo com o ministro, o governo soma R\$ 100 bilhões nesses contratos nos últimos três anos e seis meses.

“A gente soma, já contratado, R\$ 100 bilhões. Se você parar para pensar que o orçamento do Ministério da Infraestrutura, em 2022, para lidar com toda agenda de um país continental, é de R\$ 6,7 bilhões, R\$ 100 bilhões é muito dinheiro”, destacou no evento Brasil Investment Forum (BIF) 2022, na capital paulista.

Sampaio ressaltou que, desde o início da atual gestão do governo federal, foram passados em concessão para a iniciativa privada 34 aeroportos, 36 terminais portuários, seis ferrovias e sete rodovias, o que totaliza 83 ativos.

Para atingir os R\$ 200 bilhões nos contratos de investimentos na área de transportes até o fim do ano, o ministro destaca novas rodadas de privatização em 2022, como a sétima de aeroportos, que inclui o aeroporto de Congonhas e o Campo de Marte, em São Paulo, e o aeroporto de Belém. Ele também aponta a privatização do Porto de Itajaí (SC), o Porto de São Sebastião e o Porto de Santos, em São Paulo.

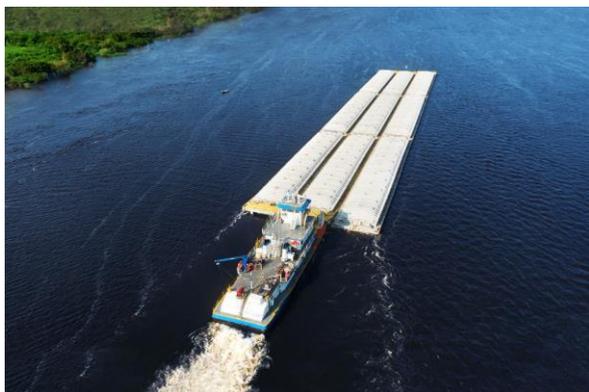
Edição: Fábio Massalli
Fonte: Agência Brasil - DF
Data: 15/06/2022

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

BR DOS RIOS VAI PARA CONGRESSO ATÉ FINAL DO ANO, AFIRMA SAMPAIO

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 15 Junho 2022



Arquivo/Divulgação

Ministro da Infraestrutura disse que agenda para navegação interior é importante para equilibrar matriz de transportes, para a qual estima viabilidade para cerca de 50 projetos a partir de autorizações ferroviárias.

O governo pretende enviar para o Congresso, até final do ano, a proposta para o marco regulatório do setor de hidrovias, o chamado ‘BR dos Rios’, que será criado para incentivo à navegação interior. O

ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, disse que revisitar essa agenda é fundamental para equilibrar a matriz brasileira de transportes, juntamente com o marco legal das ferrovias, aprovado em dezembro do ano passado, e a Lei 14.301/2022, que cria o programa de estímulo à cabotagem. Sampaio disse que a meta é que o transporte ferroviário alcance nos próximos anos a participação de 30% da matriz de transportes e que o transporte marítimo pela costa, que cresceu 11% em 2021, cresça na ordem de 40% a partir do BR do Mar.

O ministro projetou que o instrumento de autorizações para o setor ferroviário, semelhante ao adotado em 2013 para o setor portuário, dará mais liberdade para investimentos privados. Sampaio destacou que, no período de quatro meses, o ministério recebeu 84 pedidos de autorização para um total de 20.000 quilômetros de novas ferrovias, com potencial de R\$ 152 bilhões de investimentos no transporte por trilhos.

“Sabemos que nem todos os projetos podem se tornar realidade, mas tem uma massa grande de 50 a 55 projetos que entendemos que tem toda viabilidade. Temos visto o setor privado se

movimentar para dar conta do boom do setor de ferrovias no Brasil", afirmou, na última terça-feira (14), durante painel do Fórum de Investimentos Brasil 2022, promovido pela Apex Brasil.

Sampaio acrescentou que, até o final deste ano, há expectativa de conclusão da renovação antecipada da concessão da malha da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), a exemplo dos processos da Malha Paulista, Vitória-Minas, Estrada de Ferro Carajás (EFC) e, mais recentemente, a malha da MRS.

Privatizações

Durante o painel, o ministro da Infraestrutura também prometeu que haverá continuidade da agenda de privatizações até o final do ano, com os processos do Porto de Itajaí (SC), segundo maior hub de contêineres do país, além do Porto de São Sebastião (SP) e da autoridade portuária do Porto de Santos (SP), Santos Port Authority (SPA), que o governo pretende realizar o leilão ainda em 2022.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/06/2022

RICARDO FALCÃO MAIS 4 ANOS NA IMPA

EXECUTIVOS 15 Junho 2022



Arquivo/Divulgação

Presidente da Praticagem do Brasil foi reconduzido para novo mandato em uma das vice-presidências da Associação Internacional de Práticos Marítimos.

O presidente da Praticagem do Brasil, prático Ricardo Falcão, foi reconduzido para novo mandato de quatro anos à frente de uma das vice-presidências da Associação Internacional de Práticos Marítimos (Impa, na sigla em inglês). A eleição ocorreu na última terça-feira (14), durante o 25º congresso da

entidade, em Cancún, no México.

Simon Pelletier (Canadá) também foi reeleito presidente da Impa. Já o vice-presidente sênior será Alvaro Moreno (Panamá), ex-vice-presidente que substituiu Jean-Philippe Casanova (França). Completam as vice-presidências: Adam Roberts (Austrália), Sang-Min Goag (Coreia), André Gaillard (França) e Paul Schoneveld (Reino Unido).

Criada em 1971, a Impa reúne associações de praticagem do mundo inteiro, sendo o Conselho Nacional de Praticagem um dos seus filiados desde 1981. O objetivo da associação é trocar experiências, buscar soluções para problemas comuns e representar os práticos na comunidade marítima mundial, especialmente na Organização Marítima Internacional (IMO), agência da Organização das Nações Unidas (ONU) que regulamenta os procedimentos de segurança da navegação.

Como vice-presidente da Impa há oito anos, Falcão acompanha as discussões no Comitê de Segurança Marítima da IMO, fórum no qual são debatidos temas relevantes para os países e seus possíveis desdobramentos em regulações internacionais.

O congresso da Impa vai até a próxima sexta-feira (17). Na quinta-feira, Ricardo Falcão será mediador de um painel de discussão sobre desenvolvimento profissional. Segurança dos práticos no embarque e desembarque, manobras com navios de grande porte, políticas governamentais e meio ambiente são outros temas em debate na programação.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/06/2022

FORNECEDORES PERCEBEM DEMANDA PARA ATUALIZAÇÃO DE SCANNERS NOS PORTOS

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 15 Junho 2022



Ricardo Botelho/Divulgação Minfra

Norma da Coana visa melhorias na identificação a partir do raio-x das cargas. Receita prorrogou prazo, de 1/06 para 30/11, mas terminais ainda consideram tempo insuficiente para cumprimento de adequações às novas especificações para equipamentos e sistemas aduaneiros.

A Receita Federal prorrogou, de 1º de junho para 30 de novembro deste ano, o prazo para que os locais ou recintos alfandegados cumpram os novos requisitos técnicos e

operacionais e demais exigências da portaria 143/2022. A decisão, publicada na última sexta-feira (10) por meio da portaria 183/RFB, deu mais tempo para terminais portuários e entidades setoriais que avaliam os impactos das novas especificações técnicas para procedimentos de alfandegamento. Numa primeira análise, as empresas consideraram que os atuais equipamentos de inspeção não invasiva (scanners) em operação nos terminais de contêineres brasileiros não atendem totalmente os novos requisitos incluídos na portaria 76 da Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (Coana).

Os terminais estão verificando com os fabricantes de equipamentos e fornecedores dos sistemas o prazo necessário para adaptação e os custos associados. A Coana 76, publicada em maio, detalhou as condições da portaria RFB 143/2022, editada em fevereiro, relativas às áreas segregadas de escritórios e alojamentos, aos instrumentos e aparelhos de escaneamento, à dispensa de submissão a mais de uma inspeção não invasiva de contêineres movimentados em trânsito aduaneiro e ao compartilhamento de equipamentos e sistemas.

A avaliação preliminar é que o prazo ainda não é suficiente porque o tempo de fabricação e entrega de um equipamento novo, no caso do scanner, varia entre 9 meses e 12 meses. Além disso, os terminais alegam, de forma reservada, que não têm previsão orçamentária para este investimento no ano em curso. Outra percepção é que as normas estabeleceram datas para os novos scanners, mas não são tão claras quanto à aplicação das novas exigências à base existente desses equipamentos nos portos brasileiros, alguns com aproximadamente 10 anos de operação.

A VMI Security já percebeu aumento na demanda por parte dos clientes do segmento portuário, em grande parte em função das novas exigências da Receita. A empresa esperava por esse crescimento na demanda desde a publicação da portaria pela Coana. O presidente da VMI, Otávio Moraes Viegas, afirmou que, nos últimos anos, a empresa tem investido em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias que abarcam as novas exigências, desde a integração de equipamentos, ao envio de informações e demais especificações.

“Quando falamos sobre tecnologia de ponta, bastam dois ou três anos para que aconteça uma verdadeira revolução. Entre 2013 — período em que se tornou obrigatória a presença de scanners e raios-x nos terminais portuários — e hoje, já se vão quase 10 anos”, analisou Viegas. Ele acrescentou que, dos 175 portos e terminais portuários do Brasil, foram poucos — ou quase ausentes — os investimentos em modernização de inspeção não invasiva em quase uma década.

Para a VMI, é natural que um grande número de portos e terminais portuários precise passar por modificações profundas no próximo ano em razão das novas exigências. A empresa acredita que



as maiores mudanças serão nas unidades que ainda não contam com equipamentos capazes de detectar automaticamente materiais, com a adequada velocidade e constância no fluxo de inspeção, fornecendo imagens em tempo real e procedendo o compartilhamento das informações com a Receita Federal.

A Aerotech do Brasil, que representa a Smiths Detection, tem a maior base de scanners de contêineres no setor portuário brasileiro, principalmente em terminais privados. O portfólio cresceu em 2013, quando a empresa venceu uma concorrência promovida pela Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (Abratec) para a compra inicial de 22 equipamentos — na época em que os terminais se adequaram à norma anterior da Receita Federal (Coana 19/2014) sobre o uso desses equipamentos e alguns vieram a comprar a segunda unidade. Atualmente, 34 scanners de contêineres, de alta energia, no setor portuário são da marca Smiths Detection.

Os fornecedores acreditam que as novas especificações vão atualizar os equipamentos, com tecnologias que permitem maior penetração e visualização do conteúdo dos contêineres, além de uma resolução mais alta dos pixels das imagens registradas e que ficam no banco de dados da Receita. O processo tem como finalidade fazer com que as unidades da Coana em áreas alfandegadas, que hoje já permitem o acesso às imagens escaneadas pelos fiscais da Receita, agora tenham maior qualidade na visualização.

Para a Aerotech, a evolução na qualidade das imagens possibilita melhor discriminação e entendimento do conteúdo fiscalizado pelas autoridades aduaneiras e de segurança. “As especificações de penetração e de resolução definidas pela Coana vão requerer que toda a base se atualize”, analisou o diretor comercial da Aerotech do Brasil, Marcelo Puig. As normas da Coana definiram especificações de diferentes modelos de equipamentos orientadas a uma diversa gama de inspeção de produtos (contêineres, pallets, bagagens, remessas postais e expressas, e cargas em geral).

“Enviamos um comunicado à toda nossa base dizendo que a Aerotech do Brasil está preparada para atender upgrades ou novas aquisições de equipamentos que atendam à norma Coana. Encaminhamos a todos os terminais, molhados e secos, e a instituições governamentais. Muitos responderam que precisam de propostas”, afirmou Puig.

Puig ressaltou que o foco da empresa não se limita a scanners de contêineres, pois abrange também linhas de inspeções para pessoas, bagagens e cargas. No caso das máquinas de maior porte (alta energia), os equipamentos mais recentes oferecidos pela fabricante possuem leitura com penetração de 330mm no aço — a norma atual exige 310mm. O portfólio inclui ainda uma linha de raio-x de inspeção de pallets, além de equipamentos para revista em diferentes ambientes, desde portos, aeroportos e fronteiras a prédios de órgãos públicos, tribunais e presídios, por exemplo.

A Aerotech destacou como diferencial as certificações que permitem a importação de sobressalentes controlados pelo fabricante devido a regulamentações de segurança do país de origem (componentes do acelerador) que a empresa representa com mais agilidade, já que são itens sob regras de controle aduaneiro rigorosas.

Outra aposta da Aerotech do Brasil, junto à fábrica Smiths Detection, são as ferramentas de processamento de imagens para melhorar a inspeção de cargas. A fabricante oferece um software de inteligência artificial que ajuda a destacar alvos e ameaças suspeitos dentro das cargas inspecionadas, como armas, cigarros, entre outros produtos, ou níveis perigosos de radioatividade. O ‘iCMORE’, oferecido no pacote com os scanners, direciona a atenção do operador para anormalidades na carga, acelerando e otimizando a análise geral do processo.

Viegas, da VMI Systems, também observa como ponto relevante da norma a maior penetração em aço, uma vez que os equipamentos mais novos apresentam eficiência superior aos antigos, permitindo assim uma resposta de identificação de objetos com melhor qualidade. Ele disse que a

linha 'Spectrum' da VMI já atende às novas demandas, com equipamentos de raio-x de alta qualidade que se enquadram às diretrizes das principais certificações internacionais. Uma delas permite que veículos inteiros sejam fiscalizados em busca de narcóticos, armas de destruição em massa, explosivos, dentre outros ilícitos. Ao passar pelo sistema de rastreamento de raios-x, o caminhão é inspecionado em poucos segundos e sua imagem é digitalizada automaticamente.

A linha também conta com equipamentos específicos para a inspeção de veículos pequenos e médios; dispositivos de inspeção de grandes cargas, scanner para correio e encomendas (pacotes pequenos), raios-x para bolsas e bagagens e detectores de metais. Viegas explicou que o portfólio possui soluções para geração de imagens em perspectiva tridimensional (P3D), além de outros equipamentos que podem utilizar inteligência artificial para identificação automática de objetos pré-definidos. Os equipamentos da VMI são homologados pela ONVIF — padrão internacional para câmeras IPs e outros dispositivos utilizados em segurança eletrônica.

Os equipamentos comercializados pela VMI são capazes de inspecionar diversos tipos de produtos transportados por contêiner nos portos, assim como nos terminais e/ou recintos alfandegados, tais como: bobinas de aço, pneus, brinquedos, aditivos de ração animal, ervas medicinais, eletrônicos, componentes automotivos, madeiras, granitos, entre outros. A empresa trabalha com equipamentos para inspeção não invasiva de bagagens de mãos, até grandes volumes (como contêineres ou caminhões inteiros).

A VMI observa que, pelas especificações anteriores, as máquinas com aproximadamente 10 anos não precisavam ser de dupla energia, característica que permite a melhor identificação de contrabandos ou itens suspeitos compactados em paredes e fundos falsos, com diferenciação de cores na visualização. A empresa considera que o parque instalado no Brasil é bastante desatualizado com relação ao restante do mundo por conta dessa especificação que agora está sendo atualizada. "A imagem de dupla energia auxilia o fiscal a identificar melhor conteúdo do contêiner. Além disso, os portos podem utilizar o scanner para checar se não está sendo embarcado algo de ilícito para outros países. A dupla energia é fundamental nesse mercado", avaliou Viegas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 15/06/2022

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL TRAZ INOVAÇÕES PARA SETOR NAVAL

Por Marjorie Avelar INDÚSTRIA NAVAL 14 Junho 2022



Divulgação

Simulação computacional é um dos exemplos da modernização de processos de construção de navios e outros tipos de embarcações, cenário que vem facilitando trabalho de engenheiros via testes virtuais, que não comprometem projetos futuros de prototipagem

O mundo passa por uma profunda transformação digital nas empresas e o que era esperado para daqui a cinco anos, no mínimo, teve de ser adiantado como consequência da acelerada globalização do universo online, nos últimos tempos. Como o caminho da digitalização não tem volta, a indústria naval tende a acompanhar as inovações tecnológicas, se quiser se manter competitiva.

Para Frederico Cupello, CEO da Ghenova Brasil, "a construção naval, historicamente, se desenvolve a passos mais curtos que outras indústrias, como a automobilística, por exemplo". "A principal tendência para os próximos anos é a transformação digital, ilustrada pela indústria 4.0 também sendo aplicada na indústria naval mundial".



“O desenvolvimento de novas tecnologias, para ampliar os itens que podem ser instalados antes da edificação (a exemplo dos estaleiros) e, por consequência, diminuir a quantidade de horas de instalações a bordo, também vem se mostrando uma tendência contínua”, avaliou o executivo da Ghenova, empresa internacional que oferece serviços de engenharia multidisciplinar e consultoria nos setores de energia, infraestrutura, indústria naval, offshore, aeronáutica e tecnologia da informação.

Atualmente, segundo Cupello, a transformação digital vem crescendo em conjunto com a adoção e iniciativas de P&D (pesquisa e desenvolvimento) no setor naval da Europa. “A corrida para otimizar os custos é uma realidade mais urgente para os estaleiros europeus, especializados em embarcações de maior complexidade e valor agregado”, disse o executivo à Portos e Navios.

No mercado brasileiro, ele ressaltou que tem notado “maior procura por soluções, como gêmeos digitais na indústria de O&G (Óleo e Gás) que, unida a outras voltadas para a gestão do ciclo de vida (GCV), possibilitam maior controle sobre o estado atual e futuro dos ativos”. “A Ghenova possui portfólio nessa área e vem obtendo evidências efetivas do ganho operacional, proporcionado pelas soluções próprias de gêmeos digitais e GCV, junto a nossos clientes”.

Ao analisar o mercado naval, Cupello comentou que, sem dúvida, “o mercado de defesa sempre foi o pioneiro, historicamente, no desenvolvimento e adoção de novas tecnologias”. “Como essa é uma área relevante de atuação da Ghenova, nos unimos para participar de muitas iniciativas, demandadas por nossos clientes, nesse setor. Já no mercado civil, e igualmente importante portfólio da nossa empresa, o setor de cruzeiros busca por constantes inovações, tanto na construção dos navios, devido aos cronogramas rígidos, quanto na operação dessas embarcações”.

Processos automatizados

Nesse universo tecnológico da indústria naval, a engenheira química Karolline Ropelato, Latam & Iberia Technical Manager da Engineering Simulation And Scientific Software (ESSS), empresa multinacional brasileira especializada em simulação computacional, diversos processos estão mais automatizados, tais como: desenvolvimento de geometrias parametrizadas; redução de massa no projeto de módulos topside; levantamento de deformações térmicas em navios-tanque, durante o transporte de produto a quente; além do aumento da capacidade de carga de guindastes e sistemas de içamento.

A engenheira ainda citou os avanços na estimativa de vida em fadiga para planejamento de manutenção de embarcações, sujeitas aos efeitos de ondas e correntezas; estimativa de forças de arrasto e elevação em equipamentos submarinos; impacto de ondas e embarque da água em cascos de navios; melhoria de eficiência em sistemas de propulsão, com predição de cavitação e desgaste em hélices; e identificação de zonas quentes ao redor de helidecks, trazendo segurança às operações em diversas condições operacionais e ambientais.

O CEO da Ghenova Brasil, por sua vez, enumerou melhorias nos serviços de corte e chanfro de chapas e perfis; soldagem; tratamento, pintura, preparação e finalização de chanfros em chapas e tubos. “A automação de processos no mercado naval evolui em marcha lenta, de modo geral, demarcado por projetos e construções ‘customer built’. Entretanto, a manufatura aditiva vem ganhando espaço, após as primeiras peças terem sido classificadas e testadas em embarcações em operação”, ponderou Cupello.

Simulação computacional

Segundo a multinacional ESSS, diversas soluções na área de simulação computacional vêm sendo implantadas no desenvolvimento de produtos destinados à construção de navios, tais como: simulações multifísicas, análises estruturais, análises de fadiga e falhas, eletromagnetismo, dinâmica de fluidos, previsões acústicas e otimização de projetos.



A simulação computacional vem facilitando a vida de engenheiros na hora de projetarem – com eficiência, excelência e prazo menor – o máximo possível de testes virtuais, sem comprometerem seus projetos futuros de prototipagem. Esse é o principal benefício para empresas do setor naval, de acordo com a ESSS, que vêm empregando o programa Computer Aided Engineering – CAE (Engenharia Assistida por Computador, em tradução livre).

A companhia também destacou que fabricantes de navios e outros tipos de embarcações mais modernas precisam desenvolver projetos que permitam analisar, construir e testar modelos, confirmando o desempenho funcional de seus produtos. Como resultado disso, é possível fazer as mudanças necessárias ao longo desse processo, decorrentes de atrasos dos cronogramas, disparada dos custos e produtos que podem ficar obsoletos, frente às exigências do mercado e dos negócios, entre outras situações.

A engenheira Karolline Ropelato (da ESSS) relatou que, “atualmente, as tecnologias de simulação são utilizadas para o desenvolvimento de diferentes tipos de embarcações, desde projetos de plataformas offshore, como FPSOs (sigla em inglês para Floating, Production, Storage and Offloading) e unidades semi-submersíveis, passando por rebocadores, barcaças, cruzeiros, fragatas, entre outros”.

Tendências

Conforme a especialista, a partir dessas ferramentas de análise, que acompanham as várias fases do projeto de um navio, por exemplo, a simulação ajuda na otimização de seu desempenho, integridade estrutural, confiabilidade, durabilidade, custos e outros requisitos.

Para Karolline, a simulação computacional é uma das principais tendências adotadas pela indústria naval ao redor do mundo, objetivando reduzir custos com processos de construção de navios e outros tipos de embarcações mais modernas, “por meio do desenvolvimento de simulações numéricas em etapas iniciais do projeto, para avaliar diferentes conceitos e propostas construtivas, reduzindo a quantidade de testes físicos e o tempo total desse mesmo projeto”. “Um exemplo vem da Delta Marine (empresa construtora de iates) que, para realizar o cálculo dinâmico de casco pela ISO 6954, levava entre quatro e seis meses pelos métodos tradicionais. Hoje, esse tempo foi reduzido para dois dias, com a simulação”, citou a engenheira.

Aplicação na prática

Karolline citou empresas públicas e privadas, que vêm utilizando a simulação computacional em seus projetos: Petrobras, Centro de Projetos de Navios (CPN), Diretoria de Engenharia Naval (DEN), Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), Estaleiro Navship (SC), Bureau Veritas, DBR Energies (Doris), PhDsoft, entre outras.

“A Mechanical, por exemplo, está realizando análises estruturais, pelo Método de Elementos Finitos, para avaliação estática e dinâmica, além da interação solo-estrutura para equipamentos submarinos e sistemas de ancoragem. A LS-Dyna está fazendo análise dinâmica de alta velocidade para averiguação de impactos e testes de queda. Já a Aqwa vem trabalhando com a análise hidrodinâmica para avaliação dos movimentos de embarcações, configurações das linhas de ancoragem e interação hidrodinâmica entre múltiplas estruturas”, pontuou Karolline.

Ela ainda acrescentou o trabalho da Fluent e CFX, com a análise de fluidodinâmica computacional (CFD), para avaliação de sistemas de propulsão, impacto de ondas em plataformas e embarque de água; e da Motion com a análise dinâmica de múltiplos corpos para avaliação de içamento de equipamentos e estruturas. “Na área de engenharia oceânica, atualmente o trabalho de simulação em CFD reduz drasticamente a quantidade de ensaios experimentais (em tanque de reboque e túnel de vento), necessários para o projeto de plataformas”, assegurou o engenheiro Daniel Fonseca de Carvalho e Silva, consultor da Petrobras com mais de 15 anos de experiência em simulação em estruturas oceânicas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/06/2022

EMENDAS À CONVENÇÃO SOBRE TONELAGEM DE NAVIOS SEGUEM PARA SENADO

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 14 Junho 2022



Arquivo/Divulgação

Proposta, aprovada no plenário da Câmara dos Deputados na última segunda-feira (13), quantifica volume que navios são capazes de transportar em viagens de longo curso.

A Câmara dos Deputados encaminhou ao Senado, nesta terça-feira (14), o projeto de decreto legislativo (PDC 760/2017) que contém emendas à Convenção Internacional sobre Medidas de Tonelagem de Navios. A convenção, formalizada em 1969, quantifica o

volume de carga que um navio é capaz de transportar em viagens de longo curso. Esse aspecto pode influenciar diretamente no custo do comércio marítimo brasileiro, na medida em que determinadas taxas portuárias estão atreladas ao volume da carga efetivamente embarcada.

O PDC 760/17 foi aprovado em plenário, na última segunda-feira (13), com a redação final assinada pelo relator, deputado Bozzella (União-SP). O texto determina que ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que resultem em revisão das emendas ou ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional. As emendas foram assinadas em dezembro de 2013 e têm o objetivo de adequar o texto da convenção à realidade das auditorias da Organização Marítima Internacional (IMO, na sigla original), realizadas nos Estados signatários.

A norma prevê que a auditoria de todas as partes contratantes deve ser baseada em um cronograma geral elaborado pela Secretaria-geral da IMO, levando em conta as diretrizes elaboradas e conduzidas em intervalos periódicos. As auditorias serão realizadas seguindo um esquema estabelecido pela IMO, respeitando um padrão representado pelo Código de Implementação de Instrumentos da organização. As partes contratantes têm a responsabilidade de facilitar a condução da auditoria e a implementação de um programa de ação para encaminhar os resultados. Entre 2017 e 2019, o texto passou pelas comissões de Relações Exteriores; de Constituição e Justiça (CCJ); e Viação e Transportes (CVT).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/06/2022

TOYO SETAL VAI CONSTRUIR NOVA UNIDADE DE PRODUÇÃO DE DIESEL S-10 DA REPLAN

Da Redação OFFSHORE 14 Junho 2022



Unidas num consórcio, a Toyo Setal e a Toyo Engineering Corporation venceram a concorrência para a construção de uma unidade de hidrotreatamento de diesel (HDT) e revamping de unidades existentes na Refinaria de Paulínia (Replan) – a maior do Brasil em capacidade de processamento. Com esse projeto, toda a produção de diesel dessa refinaria será do tipo S-10 cujo teor de enxofre é menor que o do diesel S-500, que deixará de ser produzido.

O contrato foi assinado em 9 de maio, e desde

então, as equipes do Consórcio Toyo Setal HDT Paulínia já começaram a desenvolver o trabalho, cujo prazo de entrega é de 40 meses.

O escopo do contrato inclui fornecimento de bens e a prestação de serviços relativos à elaboração de projeto executivo, construção, montagem e desmontagem, revamp, comissionamento, suporte à pré-operação e partida, operação assistida e fornecimento de bens do projeto HDT 4.

“O contrato é em regime EPC. Já estamos iniciando a aquisição dos principais equipamentos e em fase inicial da mobilização. A obra deverá gerar aproximadamente 1.300 empregos diretos”, destaca Carlos Stampa, gerente de desenvolvimento de negócios da Toyo Setal.

Segundo o executivo, a concorrência foi realizada na modalidade “menor preço global”, e o consórcio Toyo Setal HDT Paulínia sagrou-se vencedor mediante junção da proposta mais competitiva com o cumprimento de todos os critérios de habilitação exigidos no edital da Petrobras. “Aplicaremos toda nossa experiência local e capacidade de executar serviços de grande porte em construção e montagem, utilizando mão de obra própria. A Toyo Setal agregará seu profundo conhecimento de procurement local com os serviços globais de procurement da Toyo Engineering Corporation”, afirma.

O investimento na construção da nova unidade HDT, e no revamping das atuais faz parte do Plano Estratégico 2022-2026. Segundo a Petrobras, com o início da operação da nova unidade HDT, previsto para 2025, a capacidade da Replan para a produção de Diesel S-10 vai aumentar em 63 mil barris por dia (bpd) e em 12,5 bpd de querosene de aviação.

Segundo a Petrobras, o foco tem sido a melhoria de eficiência energética e redução de gases de efeito estufa, adequando as refinarias e preparando a empresa para continuar competitiva. Nos próximos cinco anos, estão previstos investimentos de US\$ 6,1 bilhões para expansão da capacidade de refino e para posicionar suas refinarias entre as melhores do mundo em eficiência e desempenho operacional.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 15/06/2022

WILSON SONS INAUGURA NOVA FILIAL DA AGÊNCIA MARÍTIMA EM RECIFE

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 14 Junho 2022



a companhia optou pela expansão de suas atividades no setor de agenciamento marítimo.

Em um movimento para ampliar a sua atuação no segmento de agenciamento marítimo, a Wilson Sons inaugurou, em maio, uma nova filial, em Recife. Proprietária da maior agência marítima independente do Brasil, a companhia opera outras 18 filiais nos principais portos brasileiros, além de manter representantes exclusivos na Europa e um escritório próprio na China. Até abril deste ano, a Wilson Sons atuava na capital pernambucana em parceria com um representante local. Após análise do mercado regional e diante da crescente demanda de clientes,

No último mês, a nova filial da região Nordeste agenciou três navios, que operaram diesel e produtos siderúrgicos no Porto de Suape, e barrilha, em Recife. Além desses, mais dois navios foram agenciados em atendimento husbandry, isto é: prestando serviços direcionados aos interesses do armador, como troca de tripulantes e fornecimento de peças e rancho a bordo.

“Os cinco atendimentos, neste primeiro mês de atuação, são um verdadeiro marco e comprovam o potencial de Pernambuco, que tem se mostrado um estado muito promissor. Enxergamos Recife e Suape como estratégicos para os negócios da Wilson Sons e esperamos contribuir para o

desenvolvimento da região, atendendo os clientes com o padrão de qualidade da maior agência do Brasil”, afirma Ludwig Silva, coordenador de operações de agenciamento na filial.

Entre os serviços de agenciamento marítimo oferecidos pela Wilson Sons, estão representação comercial para armadores, documentação de embarque, gestão logística de equipamentos, agendamento de embarcações com escalas regulares (liner) e não regulares (tramp), preparação de documentação para transporte marítimo e controle de demurrage (tempo de devolução de contêineres).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 15/06/2022

SUAPE E SEBRAE ASSINAM CONVÊNIO PARA QUALIFICAR PEQUENOS FORNECEDORES DO CABO E DE IPOJUCA

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 14 Junho 2022

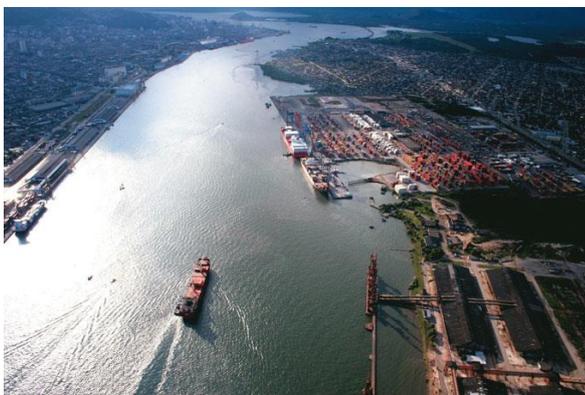
O Complexo Industrial Portuário de Suape e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-PE) firmaram, nesta terça-feira (14), convênio de encadeamento produtivo para desenvolver ações para estruturação de negócios no Cabo de Santo Agostinho e em Ipojuca, com a finalidade de formar fornecedores para as empresas do território.

O convênio será norteado por cinco focos estratégicos: desenvolvimento empresarial dos micros e pequenos negócios; inserção destes nas políticas corporativas das empresas; acesso aos mercados; desenvolvimento de ações de inteligência competitiva; e criação de redes de aprendizagem entre os micros e pequenos negócios e as empresas. “O acordo segue as premissas da cadeia produtiva criada em Goiana, na Zona da Mata Norte, para atender às necessidades da fábrica do Grupo Stellantis, que produz veículos de marcas como Jeep e Fiat. Se isso foi feito lá, também pode dar certo em Suape”, explicou o diretor de Desenvolvimento de Negócios, Luiz Barros. O investimento no projeto é de R\$ 367,8 mil, com duração de 12 meses.

“O Projeto Encadeamento Produtivo, idealizado pelo Sebrae e já aplicado em outros distritos industriais, apresenta a perspectiva de engajamento da economia local, identificando oportunidades de estruturação de micro e pequenos fornecedores instalados no Cabo de Santo Agostinho e em Ipojuca, municípios da zona de influência direta de Suape, a partir das necessidades apresentadas pelas empresas do território nas diversas ações de diagnóstico de cenário, como o Censo Suape, e demais ferramentas de análise de vocação dos mais diversos relacionamentos”, exemplifica o diretor-presidente da estatal portuária, Roberto Gusmão.

Para o gerente regional do Sebrae, Alexandre Alves, o convênio possibilitará a conexão entre os pequenos e os grandes negócios. “No Brasil, 98% das empresas são de pequeno porte. Inserir-las em uma cadeia de fornecedores de classe mundial é um desafio permanente. A experiência que o Sebrae teve em Goiana mostrou exatamente isso. Imagine uma planta daquela envergadura, que, no início, tinha muita dificuldade em conseguir comprar produtos na região e até em Pernambuco. Isso incomodava muito o grupo à época e o levou a procurar o Estado para um pacto de inclusão produtiva, social e econômica na região. Depois de três anos, alcançamos vários resultados, mas o principal foi poder trabalhar com essas empresas, estabelecer a criação de processos e métodos para que estivessem habilitadas a fornecer insumos para uma planta daquele tamanho”, enfatizou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ



Data: 15/06/2022

CONSELHO DO PPI ORIENTA PELA INCLUSÃO DA SPA NO PLANO DE DESESTATIZAÇÃO

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 14 Junho 2022

Arquivo/Divulgação

Resolução, aprovada pelo CPPI no último dia 2 de junho, submeteu qualificação no Programa de Parcerias e Investimentos à deliberação da presidência da República. Governo pretende realizar leilão para concessão do porto organizado de Santos até final deste ano.

O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) opinou favoravelmente e submeteu à deliberação da presidência da República a qualificação no programa (PPI) e inclusão da Santos Port Authority (SPA) no Programa Nacional de Desestatização (PND), abrangendo os serviços públicos portuários a ela relacionados, para fins de desestatização. A resolução CPPI, publicada nesta terça-feira (14) no Diário Oficial da União, prevê que a concessão do serviço público de administração do porto organizado de Santos será feita de forma associada à transferência do controle acionário da SPA. O governo pretende leiloar o Porto de Santos até o final deste ano.

O conselho recomendou à presidência que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) seja designado como o responsável pela execução e pelo acompanhamento das medidas de desestatização. De acordo com a resolução, aprovada após deliberação do CPPI no último dia 2 de junho, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) poderá acompanhar os estudos técnicos contratados pelo BNDES para a estruturação e a implementação da desestatização, além de examinar, conforme sua competência, a minuta do contrato de concessão do serviço portuário.

O CPPI ressaltou em sua orientação que as regras não afastam a competência do Ministério da Infraestrutura para coordenar e monitorar as medidas de desestatização, inclusive a incumbência de validar os produtos parciais e finais dos estudos a serem conduzidos pelo BNDES. O conselho também opinou pela dispensa de dispositivos do decreto 2594/1998 que preveem que, a partir da fixação do preço mínimo das ações ou bens objeto de alienação, pelo Conselho Nacional de Desestatização (CND), 'a sociedade não poderá praticar atos que impliquem diminuição do seu patrimônio líquido, inclusive distribuição de dividendos e redução de capital mediante distribuição de reservas, sem prévia autorização do CND'.

A resolução também orienta pela dispensa do artigo que estabelece autorização prévia junto ao Ministério da Economia para que a empresa possa: realizar a abertura de capital; aumentar o capital social por subscrição de novas ações; renunciar a direitos de subscrição; lançar debêntures conversíveis em ações ou emitir outros valores mobiliários, no país ou no exterior; promover operações de cisão, fusão ou incorporação.

A recomendação de dispensa de submissão ao Ministério da Economia também vale para firmar acordos de acionistas ou compromissos de natureza societária ou renunciar a direitos neles previstos; firmar ou repactuar contratos de financiamentos ou de acordos comerciais por prazo superior a três meses ou transações que não correspondam a operações e giro normal dos negócios da empresa; e adquirir ou alienar ativos em montante igual ou superior a 5% do patrimônio líquido da empresa.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/06/2022

ARTIGO - DO MAR À TERRA: ABUSO DE POSIÇÃO DOMINANTE E PREJUÍZOS AO SETOR PORTUÁRIO



Por Jesualdo Silva OPINIÃO 14 Junho 2022*

Arquivo/Divulgação

Os portos são parte fundamental da economia brasileira. Sem eles, não há comércio e nem geração de riqueza. A livre concorrência é uma conquista central no desenvolvimento da logística nacional e



constitui interesse público. Mas ela tem sido diariamente ameaçada, afetando diretamente a economia nacional. Com uma crise global na cadeia de suprimentos, é fundamental que os operadores de terminais portuários consigam encontrar as melhores soluções e tenham o suporte de toda a cadeia logística do transporte marítimo para prover as melhores estratégias de enfrentamento para estes problemas.

No Brasil, o transporte marítimo é prioritário para o escoamento da produção de commodities para diferentes regiões do mundo. Segundo a consultoria de dados portuários Drewry, até o final deste ano o mercado global de transporte de contêineres terá um lucro de meio trilhão de dólares. O número dá a dimensão da importância de defendermos um modelo que atenda a todos os integrantes deste processo, evitando, assim, a concentração na mão de poucos.

Na contramão

Movimento oposto ao modelo de atender a todos os integrantes do mercado é o que temos visto nos últimos anos. Grandes empresas do mercado de transporte marítimo de contêineres, os chamados “armadores”, têm passado a administrar muitos terminais portuários no Brasil, gerando um processo de “extrema concentração e dominância”. Isto coloca em risco os demais terminais independentes, os chamados de bandeiras brancas, em razão de práticas anticoncorrenciais perpetuadas pelos armadores em favor de terminais que, direta ou indiretamente detenham controle e/ou participação acionária.

As práticas discriminatórias de preferência aos terminais pertencentes aos armadores, self preferencing, restringem a disputa de mercado. Isto porque, independentemente da qualidade e do preço dos serviços oferecidos pelos terminais bandeiras brancas, a movimentação de cargas é direcionada aos terminais dos armadores. Além da questão da preferência aos seus terminais, independentemente de critérios técnicos, há outros exemplos desta atuação predatória como: a disponibilização de contêineres vazios para carregamento priorizando os terminais próprios destas companhias; omissões de escalas em portos nos quais tais empresas não estão presentes; e mesmo a cotação de valores de frete marítimos injustificadamente mais elevados quando seus terminais não estão envolvidos na transferência da carga – motivando, inclusive, o escoamento da carga por portos mais distantes dos locais de produção.

As referidas práticas abusivas tendem a se agravar diante da repetição, em terra, de uma estratégia já levada a efeito no mar nas últimas décadas pelos grandes armadores, e que consiste em uma série de fusões e aquisições isoladas, que passaram abaixo dos radares das agências antitruste, e que resultaram em uma dominância sem precedentes do mercado de transporte marítimo de contêineres. O mesmo movimento vem acontecendo em território nacional, pois os terminais vinculados a armadores já movimentam mais de 40 % dos contêineres, chegando a assustadores 98% em algumas regiões, e o número tende a crescer em razão das recentes aquisições e da possibilidade de participação em licitações de terminais.

Por outra perspectiva, lembramos que a presença de um agente econômico em diferentes etapas do processo de exportação e de importação de cargas poderia representar uma busca por eficiência que, quando aplicada corretamente, geraria ganhos que alcançariam os consumidores e a economia nacional como um todo. Entretanto, no segmento de contêineres, eventuais economias geradas neste processo somente estão beneficiando os armadores, que vêm reduzindo os seus custos com terminais, mas cobrando fretes e preços mais elevados dos usuários, elevando de forma estratosférica os seus lucros, aumentando a velocidade e a abrangência do processo de dominância em curso.

O abuso da posição dominante é facilitado pelo reduzido número de players que operam as rotas que atendem a costa brasileira, visto que apenas duas companhias respondem por mais de 55% da movimentação de contêineres importados e exportados no país, controlando ou participando de 83% dos serviços marítimos de longo curso que operam na costa brasileira. Há enorme risco de que a escalada de custos que observamos no frete seja, em breve, replicada para outros elos

da cadeia logística. Não satisfeitos, partem agora para a concentração total dos serviços de cabotagem.

É fundamental ressaltar que a liberdade econômica e a justa concorrência do setor portuário são valores que devem ser priorizados e preservados, por se tratar de infraestrutura fundamental para viabilizar o comércio internacional do País. Não há dúvida de que, caso permitida a consolidação da posição dominante também em terra, a perspectiva óbvia é de prejuízos futuros ainda maiores aos donos da carga – motores da economia nacional - cujas opções de escoamento ficarão ainda mais limitadas, resultando no fim do dia em um aumento do já tão distorcido custo Brasil.

A justa competição entre terminais portuários não pode ser contaminada indevidamente por mercados não-competitivos. Precisamos de uma defesa efetiva da concorrência equilibrada e saudável entre todos os terminais, sejam eles de armadores ou não, como se espera de uma economia saudável e madura.

A solução definitiva para este problema, entretanto, não se limita ao combate das atuais práticas abusivas no mercado, mas também depende da adoção de medidas preventivas efetivas pelas autoridades competentes, nas novas rodadas de leilões de portos e terminais, bem como na cessão de novas autorizações de TUP. É preciso impedir a expansão destes grupos econômicos oligopolizados, com práticas abusivas, nos competitivos mercados de operação e armazenagem contêineres, para que a história que já ocorre no mar, não se repita na terra.

Jesualdo_Silva_ABTP_credito_Helano_Stuckert-edit.jpg* Jesualdo Conceição da Silva é diretor-presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP)

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/06/2022

PARCERIA UFPE-PORTO DE RECIFE VISA REDUZIR IMPACTOS DOS NAVIOS NO PONTO DE ATRACAÇÃO

Por Marjorie Avelar PORTOS E LOGÍSTICA 14 Junho 2022



Divulgação Porto Recife

Conduzido pela Universidade Federal de Pernambuco, projeto 'Código Computacional para Cálculo das Forças Atuantes na Amarração de Navios e Defensas Portuárias' vai resultar em um software que possa atender às necessidades dos portos

Aprimorar a operação de atracação de navios e a formação de recursos humanos no setor de tecnologia portuária aproximou os gestores do Porto de Recife (PE) dos alunos do curso de

Engenharia Naval da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O intuito é prosseguir com o Projeto de Extensão Tecnológica (PET) 'Código Computacional para Cálculo das Forças Atuantes na Amarração de Navios e Defensas Portuárias', conduzido pela instituição de ensino superior.

Após a realização da primeira fase desse trabalho, os universitários vão continuar com a elaboração de um código computacional para cálculo dos esforços nas linhas de amarração dos navios, cabeços e defensas do terminal portuário.

As defensas são importantes elementos de segurança para instalações portuárias e embarcações marítimas, visando amortecer o impacto decorrente do encontro entre um navio ou barco com a estrutura de atracação. Já os cabeços são estruturas utilizadas como ponto de ancoragem para



fixar as amarrações das embarcações, evitando a instabilidade ocasionada pelo movimento da água.

De acordo com o diretor comercial de operações do Porto de Recife, José Divard de Oliveira, o intuito é conhecer as condições necessárias para que o navio atraque, sem danificar as defensas. “Estamos realizando um estudo dos esforços sofridos pelas defensas, causados por navios, que possam estar vinculados à força do vento, do rebocador, da tração nos cabos etc”, explicou o gestor.

A intenção é verificar quais esforços as defensas vão precisar suportar, durante as manobras dos navios, no ponto de atracação. “No final, esperamos obter um modelo matemático que realize esse cálculo, a partir das especificações dos navios – calado, comprimento, boca, capacidade de carga, entre outras, podendo resultar na criação de um software, que atenda às necessidades dos portos”, relatou Oliveira.

Visita técnica

Para estreitar mais os laços entre o Porto do Recife e a UFPE, os alunos da segunda turma do projeto de extensão, que ainda está na primeira fase, fizeram uma visita técnica à faixa de cais do ancoradouro. A atividade foi realizada no dia 8 de junho, quando o navio cargueiro TBC Prestige, que descarregou 5.000 toneladas de fertilizantes no ancoradouro, desatracou do berço 3 do terminal portuário.

“A primeira turma do projeto de extensão já desenvolveu o código computacional para calcular os esforços atuantes nas defensas. E, no fim deste mês, eles devem apresentar o que foi elaborado para que a segunda turma prossiga com o projeto. A ideia é que a gente realmente use o código como ferramenta para auxiliar nas operações”, explicou Nabila Harnes, coordenadora de gestão ambiental, segurança e saúde no trabalho do Porto de Recife, na visita técnica. Embora o código já esteja pronto, ainda são necessários alguns ajustes, visando à otimização da interface dos usuários, para que seu manuseio seja mais prático.

Segundo o diretor comercial de operações do terminal, “a parceria com a UFPE busca fornecer, aos estudantes, um ambiente de observação prática dentro da sua especialidade, além de suprir o porto com análises sobre questões diversas e importantes para as atividades portuárias, provendo o porto com tecnologia e estudos que possam garantir uma navegação e uma atracação seguras”.

Para atrair o interesse para a atuação direta nos portos, ele comentou que as instituições de ensino superior já cumprem esse papel. “O porto não atrai diretamente os universitários, ele busca a parceria com as universidades e apresenta alguns problemas. A universidade, por sua vez, transforma esse problema em possibilidades de pesquisas e trabalhos científicos, introduzindo os alunos nesse universo”, disse Oliveira.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 15/06/2022



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ NAS PÁGINAS DO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está no LinkedIn.com-www.linkedin.com/in/reginaldo-ferreira-0aa5161a2

Fonte : InforMS

Data: 15/06/2022